

9:00 – 11:00

Sala 12.1.18

Políticas de Desenvolvimento

MODERADOR: José Manuel Moreira, Univ. Aveiro

Título da Comunicação

Políticas de Desenvolvimento Rural: uma reflexão teórica

Autor

INÊS FERREIRA CARNEIRO

(ines.carneiro@gmail.com)

Instituição

ISCTE

RESUMO

O mundo rural europeu tem sido alvo, no seu todo e ao longo dos últimos anos, de profundas mudanças, com raízes em numerosos factores. Uma das mais importantes mudanças foi a transformação de espaços dedicados quase exclusivamente à actividade agrícola em espaços económicos e sociais onde interage um número bastante alargado de actividades e funções. De facto, a agricultura portuguesa perdeu, e continua a perder, importância como actividade económica nas áreas rurais, não só ao nível dos rendimentos, como da ocupação do tempo laboral e dos solos. Assim, o mundo rural é actualmente perspectivado quer uma delimitação geográfica, quer como um tecido sócio-económico, que se constitui num conjunto de actividades muito diversas (*O Futuro do Mundo Rural*, CCE, 1988).

Ao mesmo tempo, profunda mudança verificada nos espaços rurais teve como principal consequência a criação de uma forte heterogeneidade desses espaços, que reclama políticas de desenvolvimento diferenciadoras, que respeitem as potencialidades e dificuldades endógenas de cada território. Deste modo, têm-se vindo a reconhecer as limitações das políticas meramente sectoriais, privilegiando-se, actualmente, as políticas que favoreçam as visões territorializadas nos programas de intervenção em áreas rurais. A reflexão em torno do desenvolvimento local traz, assim, elementos essenciais de integração da especificidade do espaço e do território no raciocínio económico e no estudo dos processos de desenvolvimento. Tendo isto em conta, e considerando que, no contexto europeu, as regiões rurais representam actualmente mais de 91% do território da UE e 56% da sua população¹ e, grande parte delas continua, ainda hoje, a ser das mais pobres regiões europeias com fortes problemas demográficos e económicos, fará sentido reflectir sobre a elaboração de Políticas de Desenvolvimento Rural? E sob que base teórica?

¹ in

¹ in http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm.

Título da Comunicação

O desenvolvimento regional sob a perspectiva do turismo no Brasil: Uma análise da elaboração das políticas públicas a luz do modelo incremental

Autor

SILVONETTO OLIVEIRA DA SILVA

[*\(silvonetto@yahoo.com.br\)*](mailto:silvonetto@yahoo.com.br)

Instituição

Univ. Federal Paraíba

RESUMO

A década de 1990 é um período marcado por uma ruptura significativa no tocante ao processo de condução das políticas públicas de turismo no Brasil. É a partir desse momento que percebemos, em virtude das transformações que ocorrem no seio da sociedade brasileira, sobretudo, as repercussões ocasionadas pela reestruturação do sistema produtivo, um apelo constante ao turismo como vetor de desenvolvimento social e econômico no país. Neste ínterim, o governo brasileiro adota uma postura onde os princípios liberalizantes dão conteúdo as políticas de Estado. Dessa forma, independente da sigla partidária que ascenda ao poder, as políticas públicas de turismo têm sido elaboradas com o mínimo de mudança de um governo para outro. Isto é o que constatamos quando analisamos o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, do governo Fernando Henrique (“direita”) e o Programa de Regionalização do Turismo, do atual governo Lula (“esquerda”). Tal realidade ensejou que as políticas públicas fossem analisadas à luz do modelo incremental.

Título da Comunicação

Economic diplomacy as a public policy: the Portuguese experience

Autor

MANUEL ENNES FERREIRA e FRANCISCO ROCHA GONÇALVES

(mfereira@iseg.utl.pt/ e.goncalves@netcabo.pt)

Instituição

ISEG – UTL e SOCIUS - ISEG – UTL

RESUMO

Economic diplomacy is nowadays a theme that matters since globalization started prevailing in modern times. In Portugal, governmental authorities, high-ranking officials working in institutions dealing with the external promotion of national economic interests and the media, all together refer frequently this subject. It has been a hard task to step into new markets or to attract foreign direct investment. The diplomatic network must be focused on this and help to ensure those goals are attained. At the same time, companies should develop their own skills in order to be successful in their strategies. In this context, the purpose of this paper is to present a short theoretical discussion on the concepts of economic diplomacy and business diplomacy followed by a brief introduction to the Portuguese economic diplomacy history. Focusing in some emerging markets, the Portuguese experience understood as a public policy will be presented and discussed.

Título da Comunicação

Political regimes impact growth, or the other way around?

Autor

MARA MADALENO e CARLOS PINHO

(maramadaleno@ua.pt/ cpinho@ua.pt)

Instituição

DEGEI – Univ. Aveiro

RESUMO

This study builds in the Growth Theory to analyze two of the central empirical findings of the political economy literature: the influence of political regimes on economic growth and the impact of economic development in political institutions. Using a panel data sample of 170 countries from 1960 to 2000, we control for time fixed effects and use different control variables (affecting growth and democracy simultaneously), measuring democracy by the Freedom House and the Polity Indices. Results suggest that controlling for global trends will decrease the effect of democracy on income per capita, lacking their relevancy, independently of the measure adopted for the political regime. Still, there is a strong cross-sectional relationship between the two variables. However, countries with more democratic structures are better developed, despite the delay observed for a culture of democracy to influence economic growth. The slow change of political institutions and historical factors influence the economic and political development of societies.

~~Sala~~ 12.1.19

Política Externa Portuguesa

MODERADORA: *Laura C. Ferreira Pereira, NICPRI – Univ. Minho*

Título da Comunicação

A Crise da Détente Bipolar e a Descolonização de Angola

Autor

TIAGO MOREIRA DE SÁ

(tmoreiradesa@yahoo.com)

Instituição

Uni. Nova Lisboa

RESUMO

O *paper* tem como objecto o estudo do processo de descolonização de Angola no contexto da crise de *Détente* bipolar. O seu principal objectivo consiste em compreender em que medida a deterioração das relações entre os EUA e a União Soviética a partir dos anos 1973/1974 influenciou a escalada do envolvimento externo na descolonização de Angola. Em concreto, vamos centrarmo-nos em três níveis de análise fundamentais: o contexto interno dos EUA e da URSS, marcado pelo enfraquecimento simultâneo de Richard Nixon e Brejnev nos respectivos países, a demissão do primeiro na sequência do «caso Watergate» e a crescente contestação à *Détente* na América; o contexto internacional, dominado por um conjunto de desenvolvimentos com impacto nas relações Leste-Oeste, como a decisão de Moscovo de iniciar uma nova geração de armas ofensivas, a guerra do Yom Kippur, a revolução portuguesa, o conflito de Chipre e a queda da Indochina; a crise angolana de 1975 e o confronto das superpotências neste país.

Sala 12.2.8

Estado e Serviço Público

MODERADOR: Carlos Jalali, Univ. Aveiro

Título da Comunicação

*Uma contribuição da Teoria das Representações
Sociais para a eficiência no Serviço Público*

Autor

SORÁRIA SOTERO CAIO

(soraria@trf5.jus.br)

RESUMO

Trata-se de trabalho apresentado em mestrado profissional em Gestão Pública, com a finalidade averiguar o que são as ações administrativas que promovem a melhoria da eficiência dos serviços públicos, a partir da Sociologia das Representações, principalmente, a Teoria das Representações Sociais. No Brasil, com a expedição da Emenda Constitucional nº 19/98, que instituiu o Princípio da Eficiência, os órgãos públicos passaram a se preocupar mais incisivamente com a eficiência, porém a inserção de um Princípio Constitucional não é suficiente para alcançar essa eficiência desejada e foi dentro desta perspectiva que esta pesquisa foi realizada, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, órgão do Poder Judiciário Federal, buscando aliar conceitos teóricos às situações cotidianas de um órgão público. Com os resultados restou evidente a influência do processo formador do Tribunal, a existência de uma “atmosfera” própria e a importância da memória.

Título da Comunicação

O que o Estado não aprendeu com Copérnico

Autor

ANA FILIPA MAGALHÃES

(filipa.magalhaes@ua.pt)

Instituição

Univ. Aveiro

RESUMO

A nossa comunicação tem como tema central o papel do Estado enquanto protagonista da satisfação das necessidades colectivas.

Quando falamos em necessidades colectivas falamos de algo que é comum a todos os cidadãos, razão pela qual deveria existir uma responsabilidade partilhada pelo Estado e demais actores sociais no que concerne à satisfação das necessidades colectivas.

A satisfação das necessidades colectivas implica uma decisão ao nível do financiamento, gestão e controle das mesmas, podendo estabelecer-se diferentes combinações ao nível dos responsáveis por cada um destes aspectos, combinações essas que devem visar não só a melhor solução do ponto de vista da satisfação dos cidadãos, como também aquela que permite colmatar eventuais falhas sociais e galvanizar as potencialidades dos vários actores sociais.

Defendemos a actuação da sociedade civil, não só como correctora das falhas do mercado mas como potenciadora das virtudes da sociedade.

~~Sala~~ 12.2.9

Líderes e Eleições Democráticas I

MODERADORA: *Marina Costa Lobo, ICS – UL*

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Conservative Party Leaders Are More ‘Competent’ and Left Party Leaders Have More ‘Character’? The Role of Partisan Stereotypes and Evaluations of Party Leaders on Vote Choice</i>
<i>Autor</i>	AMANDA BITTNER (abittner@gmail.com)
<i>Instituição</i>	Memorial University, Canada

RESUMO

Both campaign organizers and the media appear to agree that voters’ perceptions of party leaders have an important impact on the vote: substantial effort is made to ensure that leaders look good, that they speak well, and that they are up in the polls. Media reports during election campaigns focus on the horserace and how leaders are perceived in the public eye. In contrast, the academic literature is much more divided. Some suggest that leaders play an important role in the vote calculus, while others argue that in comparison to other factors (such as partisanship and the economy) perceptions of leaders have only a minimal impact.

There is also substantial disagreement about how it is that voters actually evaluate candidates in the first place. Scholars have made very different conclusions about the types of factors that influence voters’ evaluations of leaders. Existing studies point to divergent sets of factors, including voter demographics (Cutler, 2002), partisanship and ideology (Bartels 2002; Graetz & McAllister 1987), policy/issue related factors (Weisberg & Rusk 1970; Rusk & Weisberg 1972). In addition to these “background” factors, some scholars have noted that the party label itself provides cues to voters when they lack information, and that even when other types of information are available, voters continue to rely upon a “partisan stereotype” in inferring candidates’ issue positions. Recent research (Bittner 2008; Hayes 2005) suggests that the impact of the partisan stereotype extends beyond issue positions to impressions of candidates’ personality traits as well. Individuals’ characteristics are judged in light of a partisan stereotype, as Democrats are perceived to be more compassionate and empathetic, while Republicans are considered to be tougher and stronger leaders. It is reasonable to expect that the existence and reliance upon a partisan stereotype extends to candidate evaluation beyond US borders. Drawing from comparative party systems literature, it is conceivable that perceptions of party leaders’ personalities are grounded in more universal perceptions of fundamental political values (such as attitudes towards authority), and linked to the positioning and competition of parties within party systems. Problematically, the literature on party leaders is diverse and non-cumulative. Existing studies have been based primarily upon the analysis of only a single election in a single country, and scholars have relied upon different survey questions in varying formats to inform their conclusions. As a result, the literature on the evaluation of party leaders is inconclusive, both in terms of sources **and** effects of leader evaluations. In order to move forward, what is required is a larger study, comparative across both time and space. What is the effect of leader evaluations on vote choice? Do voters outside of the American context perceive leaders through a partisan lens? If so, does the reliance upon a partisan stereotype have an effect on vote choice? These are the questions that guide this research project.

This paper incorporates data from 35 election studies across seven countries with varying institutional environments: Australia, Britain, Canada, Germany, New Zealand, Sweden, and the United States. By pooling these data and examining the impact of leaders on a larger (comparative) basis, this study takes both a broad and

in-depth look at evaluations of party leaders. Preliminary results suggest that leaders have a discernible and important impact on the vote, and that a partisan stereotype does indeed exist outside of the United States: leaders of Conservative Parties are perceived to be more “competent,” possessing traits such as strength of leadership, while leaders of Left Parties are perceived to have more “character,” seen to be more trustworthy and compassionate. Furthermore, it appears that the impact and importance of specific leaders’ traits is directly linked to the nature of these cross-national partisan stereotypes.

Título da Comunicação

*Information processing and the presidentialisation of
parliamentary elections: An experimental study*

Autor

SASCHA HUBER

(shuber@rummis.mannheim.de)

Instituição

Univ. Mannheim

RESUMO

A crucial point in the debate about the presidentialisation of European parliamentary democracies is whether voters increasingly base their voting decision on the characteristics of party leaders. The normative concern connected to this question is that apolitical personal traits become more important (Poguntke and Webb 2005). Whereas some scholars argued that personal characteristics of party leaders actually become more important (Bean and Mughan 1989; Clarke et al. 2004; Stewart and Clarke 2000) others are more skeptical (King 2002; Bartle 2002). The main problem for moving forward in this debate is the issue of endogeneity: to what extent are evaluations of party leaders just the product of more general political considerations and to what extent do they have a distinct effect that is solely based on the personal traits. With traditional survey research, this question is hard to assess. It will be very difficult – even with longitudinal data – to decide if a voter likes a politician because of his policy positions and party affiliation or whether the voter likes the politician because of the politicians' character traits. My study wants to address the endogeneity problem by using an experimental approach. In the experiment subjects are confronted with different hypothetical political candidates. By manipulating the content and amount of information about candidates in the various experimental conditions (character information vs. information about political positions vs. control group), it can be studied, whether voters infer from character traits to political positions of candidates or if they rather infer from political positions of candidates to evaluations of character traits. Only then, it can be studied how overall evaluations are formed with the respective information. Having tackled the problem of endogeneity by introducing hypothetical candidates, a second important issue in the debate of presidentialisation can be addressed: the impact of the pure institutional context on voting decisions. Whether one votes for a person (in a presidential voting context) or whether one votes for a party list with maybe one party leader at the top (in a parliamentary voting context) may have an impact on the factors influencing the voting decision. By putting some subjects of the experiment in a situation where the hypothetical candidates run against each other in a presidential context and others in a parliamentary context, where the candidates are – just – party leaders, the effects of the pure institutional voting context can be studied.

Over the last year this experimental design has been carried out in three European countries (Germany and Sweden as parliamentary systems and France as a semipresidential system) with samples of around 350 subjects in each country. It is further planned to implement the same design in the USA, as an example of a presidential system, in January. By running the experiment in different countries with different political systems, the real political context can be incorporated – controlling for the experimentally manipulated institutional voting arrangement. Besides adding another important contextual variable, executing the experiments in different countries should also further validate the empirical findings.

V Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política – Universidade de Aveiro

V Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política – Universidade de Aveiro

Título da Comunicação

*The impact of leadership evaluations on
voting behaviour: Do the rules matter?*

Autor

JOHN CURTICE

(j.curtice@strath.ac.uk)

Instituição

Univ. Strathclyde

RESUMO

Leaders have become the human face of election campaigns, while electorates have become dealigned. This has led to the suggestion that in parliamentary elections many voters now vote for the party leader they like best in much the same way that in presidential elections they vote for the candidate they like best. This chapter uses Comparative Study of Electoral Systems project data to assess whether there is any systematic evidence to support this expectation for either all or some parliamentary elections. While leadership evaluations are relatively more important in parliamentary elections that take place where a two-party system is in place, and where a majoritarian electoral system is used, they are still far less important than they are in presidential contests. Meanwhile, not all features of a dealigned electorate appear to be associated with a greater propensity to vote on the basis of leadership evaluations.

Título da Comunicação

Leader Effects and Party Identification in Southern Europe

Autor

MARINA COSTA LOBO

(marina.costalobo@ics.ul.pt)

Instituição

ICS – UL

RESUMO

In this paper we address the issue of the relative importance of leader effects vs. party identification, but looking at more recent democracies, namely Greece, Italy, Portugal and Spain. Analysing Southern Europe democracies is important for several reasons. Firstly, because these countries have undergone trends of personalization of politics as have occurred elsewhere (Pasquino, 2001). Secondly, due to the fact that the major parties in these polities have experienced a shift from mass-based parties to organizationally-thin parties that have embraced highly personalized catch-all strategies (Diamandorous et alli). Thirdly, and most crucially, as the Diamandorous et alli emphasise there were “leapfrogging” processes of change which means that some phases of party consolidation have been completely absent in these democracies. Next, we present the model which we use to test the impact of leader effects in these cases, as well as the data recordings which were carried out in order to be able to compare the results. The methodology employed mirrors the one which was carried out by Curtice and Holmberg. Thus we start, for all relevant parties in each country in each data point available with a model where only the leader liking variable is introduced. Then a host of socio-demographic control variables are included in the model.

In the third model we include all the socio-demographic models as well as three variables relating to the anchors of voting: namely left-right positioning, party identification and party evaluation. These three variables represent the long-term anchors of voting behaviour. The third one in particular is included to replace other short-term influences on the vote.

In the final section we compare the findings with those for older democracies contained in the Curtice and Holmberg issue. Since we did not create a unique database, we will not be able to test for any institutional effects which may explain part of the strength of leader effects. Still, it is important to highlight the similarities which these polities exhibit at the level of party and party system institutionalization which may favour leader effects. We end by presenting data on the effective number of parliamentary parties and degree of polarization to discern possible factors which may explain differences in leader effects in Europe.

Sala 12.2.12

Socialismo e Utopia

MODERADOR: André Azevedo Alves, Univ. Aveiro

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A esquerda Brasileira e a Democracia: Continuidades e Rupturas entre PCB e PT a partir da obra de António Gramsci</i>
<i>Autor</i>	<i>FRANCISCO JOSUÉ DE FREITAS (josuedsrj@yahoo.com.br)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Federal Fluminense</i>

RESUMO

A história dos partidos de esquerda no Brasil é marcada por dois momentos distintos: Um anterior ao golpe de 1964; outro, que se inaugura na década de 1980. No primeiro, a atuação política é hegemônica pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). No segundo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A maioria dos estudos mostra esses processos como contrastantes. Enquanto o PCB havia articulado um tipo de proposta insurrecional, baseada na III Internacional, com uma classe operária em formação, uma sociedade civil fraca e um Estado forte, o PT estaria vinculado a um processo de renovação da esquerda mundial, crítica do “socialismo real”, com uma pujante classe trabalhadora já formada e uma sociedade civil mobilizada e diversa, que busca o protagonismo por fora do Estado.

Na década de 1990, vários estudos pretenderam relativizar esse rompimento entre as esquerdas brasileiras, buscando continuidades das experiências dos trabalhadores no século XX. O presente estudo se alinha a essa tendência. Procura-se investigar a continuidade das concepções de tomada do poder insurrecional no PCB e no PT, bem como a de perspectivas mais democráticas de atuação política nos dois partidos. Como marco teórico, as reflexões de Antonio Gramsci são a base para a análise dos dois partidos.

Título da Comunicação

As Controvérsias do Socialismo e do Capitalismo

Autor

JOSÉ OLÍMPIO DE CASTRO

(joseolimpio@elo.com.br)

Instituição

Univ. Estadual do Maranhão

RESUMO

A proposta desse trabalho é apresentar uma visão crítica das controvérsias entre o socialismo e o capitalismo. A história do Socialismo é a própria história de Karl Marx, registrada, no tempo, pela Revolução Russa e pela Revolução Cubana. A queda do muro de Berlim, o fim do império soviético, a vitória de Silvio Berlusconi na Itália e o fenômeno Le Pen na França, entre outros líderes políticos fizeram do socialismo uma teoria apenas, hoje uma lenda, uma experiência de outrora. O socialismo de Marx tinha como proposta mostrar a contradição entre o estado e o mercado, mas, no atual momento histórico, essa proposta convida a uma reflexão sobre as esquerdas e suas controvérsias. O Manifesto Comunista propõe o rompimento com o capitalismo, entretanto, a ordem econômica mostra o revés do esforço marxista. Destaca-se, nesse contexto, que nem mesmo os estados socialistas dispensam a forma de produção e sustentação adotada pelo sistema capitalista a despeito da China como melhor exemplo. Esse sistema inicia-se nos primeiros séculos da Idade Média envolvendo experiências políticas, sociais e econômicas. Surge o processo comercial, com sistemas de arrendamentos de terras e remuneração através de salários, e esse processo gera também a monetarização, ou seja, a idéia de lucro e acúmulo de capitais. Os poderes militar e político contribuem para o domínio do mercado e regulação de impostos e novos mercados são evidenciados com o advento do Estado Nacional. Inicia-se a era da globalização com a integração da economia do continente americano e africano, sob o comando do continente europeu. Apesar dos momentos de crise o capitalismo passou a contar com o desenvolvimento tecnológico o que contribuiu para o seu avanço em todos os continentes. Mesmo as fortes crises do sistema capitalista não o venceram, pois as articulações político-econômicas, juntamente com a Revolução Industrial lhe dão sustentação até os dias atuais. Um exemplo de sustentação da hegemonia, desse sistema, foi evidenciado, nos dias de hoje, quando países emergentes aliaram-se aos países desenvolvidos para salvar o capitalismo da sua mais recente crise. Esses atos comprovam que os fundamentos ideológicos buscam se sustentar, mas geram fortes controvérsias. Esse estudo nos permitiu demonstrar a grande contradição entre a fundamentação ideológica socialista, de um governo socialista, e a adoção de políticas econômicas capitalistas.

Título da Comunicação

A Construção do Neoliberalismo Brasileiro

Autor

SORAIA MARCELINO e LEANDRO RIBEIRO DA SILVA

(svieira@iuperj.br/ zvolenn@uol.com.br)

Instituição

IUPERJ e UNICAMP

RESUMO

O advento da teoria da convergência ocorreu concomitante ao processo de globalização. De acordo com essa teoria haveria uma convergência entre o arranjo institucional e o mercado, em que este deveria ser priorizado em detrimento das políticas de bem-estar social. Contudo, esse receituário não foi adotado de forma única e uniforme, os Estados nacionais mantiveram alguns graus de liberdade, que possibilitaram adotar esse conjunto de políticas em diferentes proporções. No Brasil, o discurso neoliberal ganha força devido às crises econômicas dos anos 1980, sobrecarrega a agenda e se modifica nos anos 1990. Nesse contexto, as eleições podem ser vistas como momentos críticos em que as especificidades da experiência brasileira apresentavam seus contornos, conformando aquilo que estamos denominando de “neoliberalismo à brasileira”.

Título da Comunicação

Realizada e Utopia: o Banqueiro Anarquista e o pensamento político de Fernando Pessoa

Autor

RENATA FLORENTINO

(tataflorentino@gmail.com)

Instituição

Univ. Brasília

RESUMO

As ideologias que se propõem a transformar ou explicar o mundo, por vezes esquecem (intencionalmente ou por ingenuidade) as contradições do mundo prático. O conto de Fernando Pessoa, *O Banqueiro Anarquista*, ilustra a maleabilidade de ideologias sociais entre seus próprios defensores, construindo um personagem que, ao mesmo tempo em que se diz anarquista em teoria e prática, é dono de uma poderosa instituição financeira: um banco. O aparente paradoxo é explicado com refinado discurso sociológico. O conto foi publicado inicialmente em 1922, mesmo tempo em que o italiano Errico Malatesta escrevia cartas e panfletos defendendo a criação de inusitados Partidos Anarquistas mundo afora. O paradoxo da ação real não tem o charme do paradoxo do conto literário, mas evidencia um tempo extremado de contradições e inquietações ideológicas, acompanhadas com atenção por Fernando Pessoa. Vale perguntar, por que Pessoa classificou este conto como "conto de raciocínio"? Quem ele faz raciocinar? E que questões coloca em xeque? A comunicação analisará elementos presentes no conto que hoje constituem pensamentos políticos mais consolidados, como o anarco-capitalismo.

Título da Comunicação

A questão da Transformação

Autor

BERNARDO BARATA RIBEIRO

(bribeiro@iuperj.br)

Instituição

IUPERJ

RESUMO

Através da comparação das teorias políticas de Spinoza e de Marx, gostaria de investigar a relação entre esquemas interpretativos materialistas e a admissão de possibilidades efetivas de transformação social. Afinal, como a transformação pode ser pensada a partir de esquemas interpretativos supostamente imanentes? Como é possível evitar a precipitação voluntarista em geral sem descambar numa adesão envergonhada e mais ou menos reformista do estado de coisas vigente? Em suma, que práticas sociais implicam a reformulação de um estado de coisas em algo diferente? E como elas podem ser estimuladas? Nesta linha de investigação, a transformação não pode ser concebida segundo o modelo de uma ideologia política privada e demofóbica, refratária ou sobranceira ao movimento real da multidão. Pelo contrário, é no interior de tal movimento que a reflexão deve se dar. É no interior das práticas de afirmação da multidão que as *táticas de liberdade* devem ser formuladas.

Sala 12.2.14

Democracia e Deliberação Pública

MODERADOR: José Esteves Pereira, Univ. Nova de Lisboa

Título da Comunicação *Democracia e Interação: pensando os microfundamentos do acto deliberativo*

Autor

RAUL FRANCISCO MAGALHÃES

(raul.magalhaes@ufff.edu.br)

Instituição

Univ. Federal Juiz de Fora

RESUMO

A proposta é continuidade de uma seqüência de pesquisas teóricas e empíricas sobre racionalidade e linguagem, a partir de noção de *Racionalidade Retórica*. Sinteticamente, o modelo de racionalidade retórica propõe que *as operações básicas da racionalidade se dão por meio de trocas tópicas, nas quais as possibilidades de orientação quanto a cenários futuros, recuperação de informações do passado, além construções discursivas afetivas e justificações técnicas para uma ação coletiva, são criadas e recriadas nos e pelos discursos persuasivos que formam um campo retórico*). A racionalidade é assim desenhada a partir da troca de retóricas entre os agentes. No estágio atual desse programa de pesquisa propomos pensar os planos empíricos da ação deliberativa usando as construções da teoria social contemporânea que mais fortemente e ontologicamente tornaram a linguagem o campo de suas explicações sobre a realidade social. Dessa forma encontramos a centralidade da linguagem no paradigma microsociológico de matriz fenomenológica, nomeadamente na etnometodologia de Harold Garfinkel e Harvey Sacks. O argumento político e os agentes em interações reais de persuasão e deliberação, esse é o campo da pesquisa.

Título da Comunicação

A nossa democracia: notas sobre o Envelope de Spiro Scimone

Autor

ANA BIGOTTE VIEIRA

(anabigottevieira@yahoo.com.br)

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

Na peça de teatro *O envelope* de Spiro Scimone¹, um senhor recebe um envelope sem saber porquê e vai a um lugar para falar com o Presidente. O lugar é estranho, meio kafkiano, e ele fica à espera. Vão-lhe fazendo perguntas sem sentido e nestas perguntas sente-se uma escalada de violência. Passam-se coisas estranhas ali. A situação é muito teatral e entra na categoria das situações tipo interrogatório, entrevista de emprego ou conversa entre dominador e dominado, sem que o dominador coincida necessariamente com o poder máximo: é de executantes de um poder disseminado que se trata.

A estranheza mas familiaridade da situação que o texto encena, a opção clara de denúncia do actual estado do mundo que propõe, a ligação directa às imagens que temos dos acontecimentos de Abu Ghraib quase fazem com que esta peça nos apareça como panfletária. Mas no texto há mais “qualquer coisa” de uma extrema actualidade que nos interpela – e é essa “qualquer coisa a mais” que gostaríamos de analisar à luz de conceitos como “poder ubuesco” (Michel Foucault: 1975), “vida nua” (Agamben: 1998) e “humor que ultrapassa o trágico e a angústia” (Deleuze/Guattari: 2003).

¹ Cujas primeira versão do texto foi escrita em 2005, no rescaldo da divulgação pública das fotos de torturas infligidas por soldados americanos na prisão de Abu Grahیب, a propósito do espectáculo Conferência de Imprensa e Outras Aldrâbices dos Artistas Unidos. A versão que aqui se analisa é a versão longa, que culminou no espectáculo *La Busta* pela companhia Scimone/Sframelli. Este espectáculo, de ampla circulação internacional, veio a Portugal no Festival de Almada 2007.

Sala 12.3.12

Challenges of International Relations

MODERADOR: Roberto Merrill, Univ. do Minho

Título da Comunicação

*Transferring International Governance Models to Areas
of Limited Statehood: Implications for International Politics*

Autor

*LARS BROZUS
(brozus@zedat.fu-berlin.de)*

Instituição

FU Berlin

RESUMO

Transferring international governance models to areas of limited statehood has become a central focus of international politics. These models typically include elections, rule of law and security sector reforms. They are based on governance conceptions that have been developed in the modern nation state. The international community, the UN and countless NGOs engage in governance transfers to failed and failing states like Afghanistan, Liberia or Somalia. But even in best-case scenarios like the Solomon Islands, governance transfer remains a difficult and complex task. Very often, local governance arrangements prove to be change-resistant. In order to design better governance transfer strategies, a new approach is needed that combines the best of both worlds: Legitimate local governance arrangements and effective international governance models. The paper discusses how effective and legitimate governance can be integrated in a coherent governance transfer framework. I assume that multi level governance is the rule in areas of limited statehood, linking the local with the national, regional, and global levels. I also assume that governance in areas of limited statehood involves a variety of public and private actors, such as states, international organizations, firms, and civil society. Thus, governance entails negotiations, bargaining, and arguing among these actors in addition to hierarchical command and control.

~~Sala~~ 12.3.13

Cidadãos e Sistema Político

MODERADORA: *Helena Carreiras, ISCTE*

Título da Comunicação

Portugal: sistema político em erosão?

Autor

JOÃO PAULO BEJA

[\(joaobeja@hotmail.com\)](mailto:joaobeja@hotmail.com)

Instituição

Univ. Catholique Louvain

RESUMO

Na sequência do 25 de Abril e para a consolidação da democracia, Portugal optou pelo sistema semi-presidencial e pela eleição dos deputados à Assembleia da República através do método proporcional de Hondt, processos que pareciam melhor responder às circunstâncias políticas da conjuntura da época.

Nos primeiros anos, o sistema político caracterizou-se pela instabilidade com governos de maioria relativa. Os anos 80 trouxeram os primeiros governos de maioria absoluta colocando o Governo no centro do sistema político, com conseqüente secundarização da Assembleia da República e do Presidente da República.

Nos últimos anos surgiram sinais de desgaste do sistema político: níveis elevados de abstenção; novos partidos políticos – PRD, PSN, Bloco de Esquerda e PND - cujos programas apelam à renovação do sistema político; movimentos de cidadãos independentes e apartidários. Mais recentemente surgiram ainda sinais de disfuncionamento do sistema político devido à tensão e à conflitualidade entre a Presidência da República e o Governo.

Estes sinais levam à reflexão de questões tais como:

- o afastamento dos cidadãos do sistema político “normal”;
- o descrédito dos partidos e dos eleitos;
- o disfuncionamento do sistema político.

Será que se está perante o esgotar do modelo de sistema político em Portugal?

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Forças Armadas e Opinião Pública em Portugal: do Apoio à Indiferença?</i>
<i>Autor</i>	<i>HELENA CARREIRAS</i> <i>(helena.carreiras@iscte.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>ISCTE</i>

RESUMO

Modelos recentes das relações civil-militares identificaram o crescimento da indiferença como uma das principais tendências da opinião pública face às Forças Armadas nas sociedades ocidentais (Moskos, Williams and Segal, 2000). Contudo, os dados empíricos nem sempre confirmam esta tendência e a suposta evolução de apoio para ambivalência e depois indiferença foi raramente observada.

Nesta comunicação colocam-se questões relativas às fontes de legitimação das FFAA em sociedades democráticas e analisa-se o caso português em perspectiva comparada, explorando os resultados de um inquérito à população sobre defesa e forças armadas, realizado em 2009 no âmbito do projecto ‘As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria’, em curso no CIES, ISCTE-IUL. A análise realizada mostra que em Portugal as mais importantes transformações ocorridas nas Forças Armadas durante as últimas décadas foram apoiadas por expressivas maiorias da população, designadamente a profissionalização, a integração de mulheres e a intensificação das missões de apoio á paz, o que sugere que, tal como noutros países, o relativo crescimento da indiferença parece não caracterizar adequadamente a atitude dos Portugueses face à Instituição Militar.

11:00 – 13:00

Sala 12.1.18

Sociedade e Poder Político

MODERADOR/A: *André Freire, ISCTE*

Título da Comunicação

A importância do Poder Judiciário

Federal nordestino na construção da cidadania

Autor

INOCÊNCIA VIANA

(inoxviana@hotmail.com)

Instituição

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

RESUMO

Ancorado na Constituição Federal de 1988, que inclui a cidadania como princípio fundamental, o Tribunal Regional Federal da Quinta Região, órgão máximo do Poder Judiciário Federal brasileiro, na Região Nordeste do país, além de sua função precípua de julgar causas em que tenham interesse a União e empresas públicas federais, desenvolve projetos que buscam a superação do panorama de carências nordestinas propiciando sua aproximação à sociedade. O estudo identifica as iniciativas desse tribunal voltadas à efetiva e célere prestação jurisdicional e aquelas que diretamente preocupam-se com as necessidades da população de modo a refletir o compromisso da instituição com os seus grupos de interesses, quais sejam, os jurisdicionados, os servidores e a comunidade. Através da comunicação que pretendo apresentar será possível perceber a atuação do órgão público judiciário como fundamental instrumento no processo de construção da cidadania, podendo, influenciar decisivamente no empoderamento da sociedade que o circunda.

Título da Comunicação

*Caminhos para o parlamento: recrutamento político para
a Câmara dos Deputados no Brasil*

Autor

*RENATO PERISSINOTTO e BRUNO BOLOGNESI
(monseff@uol.com.br/ brunobolognesi@yahoo.com.br)*

Instituição

Univ. Federal Paraná e Univ. Federal São Carlos

RESUMO

Este artigo pretende identificar quais são as variáveis que mais impactaram a chance de um candidato ser eleito como deputado federal nas eleições entre 1994 e 2006 no Brasil. A partir de dados coletados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), analisaremos a existência de correlações estatisticamente significativas entre, por um lado, sexo, idade, ocupação, escolaridade e gastos de campanha e, por outro, o resultado da eleição (se eleito ou não eleito). Em seguida, o artigo apresenta um modelo de regressão logística binária a fim de medir o real peso de cada uma dessas variáveis no sucesso dos candidatos.

Fizemos tal procedimento agregando partidos de acordo com o espectro ideológico dos mesmos em: esquerda, centro e direita. De acordo com análises que já vêm sendo feitas, a primeira conclusão a qual chegamos é que ser político profissional é a variável mais importante para determinar a vitória ou a derrota de um candidato e que a mesma variável possui diferente "peso" de acordo com a posição ideológica do partido.

Título da Comunicação

*Ação Colectiva e Provisão de Bens Públicos por
meio de Associações Consorciadas de Governos Locais: os
consórcios intermunicipais de saúde no Brasil*

Autor

*JOSÉ ÂNGELO MACHADO
(joseangelo@fafich.ufmg.br)*

Instituição

Univ. Federal Minas Gerais

RESUMO

O *paper* visa identificar as possibilidades e limites para provisão de bens públicos por meio de associações consorciadas entre governos locais a partir da experiência dos consórcios intermunicipais de saúde no Brasil. Abrangendo mais de 150 associações agregando cerca de 1.600 municípios, os consórcios para produção de serviços de saúde permitiram aos membros suprirem carências comuns, promovendo o acesso de seus cidadãos a custos viáveis. Resultados demonstram, entretanto, que a estabilidade dessa forma institucional requer equalização entre contribuições capturadas e benefícios disponíveis a cada associado a fim de superar problemas de ação coletiva, excluindo do acesso cidadãos oriundos de municípios não contribuintes e restringindo serviços àquelas modalidades suscetíveis a tal controle.

Título da Comunicação

*O papel das comissões parlamentares de
inquérito na Política Nuclear Brasileira*

Autor

TATIANA COUTTO

[*\(tatiana.coutto@fgv.br\)*](mailto:tatiana.coutto@fgv.br)

Instituição

Fundação Getúlio Vargas

RESUMO

Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são órgãos colegiados dotados de autoridade judicial para apurar irregularidades na condução de políticas públicas a pedido do Poder Legislativo (Baracho, 2001). Ao promover o acesso a informações de caráter restrito – encaminhadas posteriormente ao Ministério Público - CPIs alteram relações políticas e de poder entre os atores implicados. Dois exemplos recentes são a “CPI do apagão” (sobre fornecimento de energia elétrica, em 2002) e a “CPI PC Farias”, que culminou no impeachment do Presidente Collor de Mello em 1992. A política nuclear brasileira (PNB), por sua vez, foi objeto de três CPIs, em 1956, 1978-1982 e 2003. Apesar de sua importância, as CPIs são pouco exploradas pela Ciência Política brasileira; análises comparativas escassas, dado o caráter *ad hoc* destas comissões. O objetivo deste artigo é avaliar o papel das CPIs no desenvolvimento da PNB. É realizado um estudo comparado das três comissões, a fim de investigar de que forma tais episódios promoveram mudanças institucionais nesta área (North, 1996; Pierson, 1993).

A análise baseia-se em documentos oficiais do governo brasileiro, registros de imprensa e depoimentos pessoais colhidos de acordo com a metodologia de História Oral desenvolvida pelo CPDOC/FGV (Alberti, 2005).

Título da Comunicação

Participação da sociedade civil nos conselhos em Porto Alegre

Autor

ANGELA QUINTANILHA GOMES

(angelagq@terra.com.br)

Instituição

Univ. Federal Rio Grande do Sul

RESUMO

O presente artigo aborda a trajetória dos conselhos municipais de Porto Alegre a partir de dois aspectos: o tipo de participação da sociedade civil em tais instâncias e a relação que se estabelece entre o poder executivo municipal e os conselhos. A iniciativa de construção dos conselhos na cidade remonta à década de 30 com um perfil de colaboração e assessoria junto ao governo local. No entanto, a construção destes espaços pautados pela participação e deliberação políticas, remete-se ao contexto da democratização no Brasil, no final dos anos oitenta. Neste momento, vislumbra-se a possibilidade da existência de mecanismos de permeabilidade entre Estado e sociedade por intermédio de representações de segmentos da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas.

Título da Comunicação

*« Las Cuentas Claras: presupuestos participativos,
gestión pública transparente y participación ciudadana»*

Autor

VERÓNICA ALVAREZ

Instituição

Univ. Salamanca

RESUMO

Sala 12.2.9

Líderes e Eleições Democráticas II

MODERADOR/A: Marina Costa Lobo, ICS – UL

Título da Comunicação

*Individual and contextual variation in the
impact of leader evaluations and issue positions*

Autor

ROMAIN LCHAT

(mail@romain-lachat.ch)

Instituição

Univ. Zurich

RESUMO

This paper analyzes the relative importance of two types of determinants of voting choices: leader evaluations and issue positions. Issue positions or ideological orientations have long been a central factor in models of voting choice. Their role is particularly important in view of models of democratic representation, which emphasize the need for voter-party congruence in policy positions (e.g., Powell 2000). Evaluations of leaders have attracted less attention in the voting choice literature.

With this paper, I want to contribute in two ways to our knowledge of the role of leader evaluations. First, I examine the relationship between ‘issue-based voting’ and ‘leader-based voting’. I expect to find a trade-off between these two types of determinants: an increase in the impact of leader evaluations should be associated with a decrease in the effect of issue positions. The reason, I argue, is that the two types of factors capture different forms of party evaluations. Issue voting corresponds to the aspect of policy congruence and is a cognitive demanding form of voting, requiring a high level of information. Leader evaluations, by contrast, correspond to more general evaluation of parties’ perceived competence and ability to deliver.

Second, I will investigate two sources of variation in the impact of leader evaluations and issue positions. I expect characteristics of both individuals and contexts to be relevant. At the individual level, voters with a high level of political sophistication are likely to rely more strongly on issue positions. If my first hypothesis is correct, this should also imply a weaker impact of leader evaluations. At the context level, I expect the degree of polarization of the party system to be important. Previous research has shown that issue and ideological voting become more important as polarization increases (Knutsen and Kumlin 2005; van der Eijk et al. 2005; Lachat 2008). According to the above arguments, this should also imply a weaker role of leader evaluations in polarized contexts.

In order to test these hypotheses, I will focus on data from the 2007 Swiss Election Study. It includes all the types of variables which I need to test my hypotheses (in particular evaluations of party leaders, voters’ issue positions, and perceptions of party positions). Even more importantly, this study

allows comparing voters in different contexts. The 26 Swiss cantons vary strongly from one another regarding the fragmentation and polarization of their party system. At the same time, they are very similar in many other respects – thus reducing the sources of variation that typically limit the possibilities of comparative electoral research.

RESUMO

This paper asks whether certain groups of voters are more likely than others to rely on leadership evaluations when deciding their vote. Past research has suggested that candidates may matter more for:

- (i) voters with low levels of political sophistication (Bartle 2005; Converse 1964; Gidengil 2003; Glass 1985; Just et al. 1996; Kroh 2004; Lavine and Gschwend 2006; Miller and Miller 1976; Mondak and Huckfeldt 2006; Pierce 1993; Rahn et al. 1990);
- (ii) voters that rely primarily on television as their main source of political information (Gidengil et al. 2000; Keeter 1987; Kroh 2004; McLeod et al. 1983; Mendelsohn 1994; Mughan 1995, 2000); and
- (iii) independent voters (i.e., who do not feel particularly attached to a specific party) and the ideologically moderate (or “centrist” voters) (Curtice and Blais 2001; Gidengil 2003; Lavine and Gschwend 2006; Xezonakis 2007).

First, I review the theoretical arguments in support of these hypotheses, paying special attention to the assumptions made with regard to the nature of leadership effects, that is, to the underlying conceptualizations of voting personalization. Then I test these hypotheses using survey data from the Spanish general elections of 1982, 1993, 2004, and 2008. Using all different indicators available, I test whether either the individual level of political sophistication, the frequency and main source of political information, the strength of partisan attachments, or the level of ideological centrism/extremism systematically affect the extent to which leadership evaluations matters to voters. I also test if any of these variables has an impact on the weight given to perceptions of personal traits in general assessments of candidates. Preliminary results show no systematic effects, hence raising considerations about the need to revise some of the assumptions of common accounts of voting personalization.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>O Tratado de Lisboa na Política Externa da U.E: a posição da Alemanha</i>
<i>Autor</i>	<i>PATRÍCIA DAEHNHARDT</i> <i>(patricia.daehnhardt@ipri.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>IPRI-UNL/Univ. Lusitana</i>

RESUMO

O Tratado de Lisboa reforça a dimensão intergovernamental da política externa da União Europeia, fortalecendo o papel dos Estados membros através de uma transferência parcial de competências de volta para os governos nacionais e mantendo a regra da unanimidade para decisões chave. Quanto mais a UE se aproxima de uma PESC e uma PESD efectiva, e adquire um papel internacional, mais as três grandes potências da UE, Alemanha, França e Reino Unido, concorrem entre si para manter elementos de soberania e influenciar a tomada de decisão a nível comunitário. Logo, o fortalecimento dos mecanismos institucionais para que a UE se torne um actor efectivo de política externa aumenta a complexidade de convergências e divergências no posicionamento dos Estados membros quanto à política internacional. O objectivo deste *paper* é analisar o papel do novo governo de Angela Merkel, constituído em Outubro de 2009, no que se refere à política europeia da Alemanha, nas áreas da PESC e da PESD.

Sala 12.2.10

Cidadãos e Confiança na Justiça

MODERADORA: José Manuel Leite Viegas, ISCTE

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise Comparada Europeia</i>
<i>Autor</i>	JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS e FILIPA SEICEIRA (jmlv@iscte.pt / fspsa@iscte.pt)
<i>Instituição</i>	CIES-ISCTE

RESUMO

Qual a tendência que a participação política portuguesa tem vindo a seguir nas últimas décadas: essencialmente pautada pela mudança ou pela continuidade? E qual a posição que o caso português assume no contexto Europeu? O paper compõe-se de uma primeira parte que apresenta descritiva e longitudinalmente (entre 1990 e 2008) o panorama da participação política portuguesa; primeiro inserindo-o no plano Europeu, e depois analisando-o em detalhe ao longo das últimas décadas. Esta análise segue uma categorização da participação política em quatro tipos, que compreende: a “participação de protesto”; a “participação política institucional”; a “participação institucional não política”; e as “novas formas de participação política”. Na segunda parte do paper exploram-se as principais razões subjacentes à adesão a três daqueles quatro tipos de participação em Portugal, utilizando-se para tal um conjunto de variáveis tradicionalmente consideradas na explicação da participação política.

O estudo utiliza dados de um conjunto de projectos nacionais e internacionais que contemplam Portugal. Este é o caso em que se centra a pesquisa, embora contextualizado no quadro Europeu.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Estratégias de activação e desactivação da clivagem religiosa em Portugal: o debate sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez</i>
<i>Autor</i>	JOÃO CONDINHO VARGAS (joaovargas@ua.pt)
<i>Instituição</i>	Univ. Aveiro

RESUMO

Desde o trabalho seminal de Lipset e Rokkan (1967) que a religiosidade não é tomada como clivagem com capacidade explicativa do alinhamento eleitoral. Esta situação é consequência de uma “morte natural” da clivagem religiosa por acompanhar o processo de secularização das sociedades, onde o impacto da religiosidade é considerado diminuto (Dalton, Flanagan e Beck: 1984; Franklin, Mackie e outros: 1992).

Este argumento parece-nos questionável, visto que a secularização deu-se a ritmos distintos de acordo com as especificidades de cada sociedade, e também, porque novos temas religiosos fracturantes (eutanásia, casamento homossexual, legislação genética, aborto, etc.) vieram recolocar a clivagem religiosa como variável operativa para explicar comportamento eleitoral (Montero e Calvo: 2000).

O declínio da religiosidade no voto não está unicamente relacionado com a “procura”, ou seja, não declina necessariamente porque os eleitores não estão interessados nas questões religiosas; pode também derivar do lado “oferta” – em termos da representação (ou ausência desta) de temas religiosos por parte dos actores políticos. Interessa, pois, compreender a interação entre clivagem religiosa e voto a partir do pressuposto da capacidade de activação destas mesmas clivagens, ou seja, conhecer os mecanismos pelos quais a activação ou a desactivação ocorre.

No contexto português, a explicação dominante para o fraco impacto da religiosidade no voto ancora-se na “desactivação” dos temas religiosos pelas elites (Calvo e outros: 2006). No caso da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, o debate na sociedade portuguesa foi longo, percorrendo todo o período democrático, circunstâncias políticas e sociais heterogéneas e arranjos governamentais de várias ordens. A longevidade do debate permite avaliar até que ponto a dimensão religiosa subsiste como um fenómeno latente do comportamento político em Portugal e se essa representação depende de estratégias de activação e desactivação por parte das elites dirigentes.

~~Sala~~ 12.2.12

The Made Man” ou o “Homem feito” – Reflexões acerca do Totalitarismo

MODERADOR/A: *Isabel Mariano Ribeiro, FCSH-UNL e Susana Laia, ICS-UL*

Título da Comunicação *Franquism as Authoritarianism: Juan Linz and His Critics*

Autor *THOMAS JEFFREY MILEY*

(thomas.j.miley@gmail.com)

Instituição *Univ. Cambridge*

RESUMO

One of the hallmarks of the tradition of Western political thought has been the classification of types of polities or regimes. Nearly all of the most revered minds in the so-called Western Canon, from Plato and Aristotle up through Machiavelli, Hobbes, Locke, and Rousseau, spent enormous intellectual energy in attempting to distinguish and analyze the nature of different kinds of polities or regimes. More often than not, such efforts at classification were accompanied by arguments about the dynamics of transition among or cycling between different types of polities or regimes. Among twentieth-century political thinkers, Juan Linz is one of the few with the rare combination of sufficient historical knowledge and broad theoretical ambition to attempt to undertake such a systematic survey of the modern political landscape. In international circles, Linz’s contribution to the understanding of the varieties of democratic as well as non-democratic political regimes has been widely recognized. In his native Spain, however, Linz’s use of the Franco regime as “an example and point of departure” for conceptualizing authoritarianism as a distinct type of nondemocratic political regime has been, and continues to be, the subject of considerable controversy. This essay will provide an overview and an assessment of the main arguments that have been advanced in the course of this valuable if sometimes overheated debate.

Título da Comunicação

Crise das Democracias e o avanço do “homem massa”.

Comentários à obra “La Rebelion de Las Masas”, de J.Ortega et Gasset

Autor

SUSANA CABAÇO

(*susana.laia@gmail.com*)

Instituição

ICS-UL

RESUMO

É nosso objectivo discutir as ideias e reflexões lançadas por uma obra muito influente no século XX – a Rebelião das Massas – enquadrada por um momento histórico de convulsões sociais e políticas derivadas de profundas e intensas mudanças. Ortega y Gasset, filósofo espanhol inquieto com as tendências e com os fenómenos que se desenham nas sociedades espanholas e europeia, alerta: “La rebelión de las masas puede, en efecto, ser tránsito a una nueva y sin par organización de la humanidad, pero también puede ser una catástrofe en el destino humano”. Em a “Rebelião das Massas”, Ortega estrutura a sua perspectiva e argumentos em torno da característica fundamental das sociedades contemporâneas – a dicotomia ‘minorias qualificadas’ e ‘massas vulgares’ – já avançada na obra “España Invertebrada” (1996 [1922]) em que discute os elementos que na sua perspectiva estão na base da crise, decadência e marasmo (do ponto de vista da ordem social e no plano intelectual). A formação intelectual e académica de Ortega é feita num ambiente em que o sentimento dominante de decadência político-institucional é acompanhado por uma certa ‘apatia cultural’, alvo da preocupação da ‘geração de 98’ (tendo Ortega protagonizado com Miguel de Unamuno uma longa discussão provocada por posições dissonantes em torno da ‘europeização’ (Ortega) e ‘africanismo’ (Unamuno). Em 1914 entrega-se a um projecto político de cariz republicano para fazer face à crescente bipolarização entre governantes e governados e a uma situação social que define como ‘doentia’, criando a “Liga de Educación Política Española”. Defendendo que o seu projecto político para a II República não foi compreendido (e depois de dois anos como Deputado às Cortes Constituintes) abandona, desiludido, a política (defendendo que a “política é analfabetismo” (cit. In Berta, 1993:13) e regressa definitivamente à Filosofia. Apesar de esta obra ter sido acolhida num contexto de extrema ‘politização’ (e tal ter provocado potenciais entendimentos parciais e enviesados do seu conteúdo) o que é facto é que raros são os autores que contribuem de forma tão completa e profunda para teorizar o papel das ‘massas’ nas sociedades. Para cumprir os objectivos delineados discutiremos, em primeiro lugar, os elementos que contribuem para a massificação dominante e, em seguida, faremos a análise do ‘homem-massa’ – da sua estrutura psicológica e atitudes, sendo que tal tarefa não ficaria completa sem o debate em torno da comparação entre ‘minorias excelentes’ e ‘homens-massa’, procurando, por fim, perceber quais as principais consequências socio-políticas deste quadro. Impõem-se ainda fazer uma reflexão final em torno dos perigos inerentes à massificação enquanto fenómeno dominante nas sociedades.

Título da Comunicação

O Homem como “Ser Supérfluo” em Hannah Arendt

Autor

NUNO GONÇALO TOMÁS

(goncalo.tomas82@gmail.com)

Instituição

ICS-UL

RESUMO

Através do estudo e da análise da autora sobre o fenómeno totalitário – que recorre às próprias origens deste – tentamos evidenciar a importância e, principalmente, a necessidade do conceito de “liberdade”. E isto porquê? Qual é, na realidade, a necessidade deste conceito?

É sabido que George Orwell foi um indivíduo que, ao se aperceber das atrocidades que os regimes totalitários efectuavam, se tornou num forte e importante opositor dos mesmos ao ponto de redigir uma singular história – que podemos encontrar na sua obra *Mil novecentos e oitenta e quatro* – unicamente com o propósito de alertar as gerações futuras para certo tipo de perigos, de maneira a que erros do passado não voltem a ser cometidos no presente/futuro. Aqueles que lutam incessantemente contra a injustiça, o crime e as degenerações humanas, correm, constantemente, o risco de não conseguir passar o seu legado às futuras gerações; eles podem, de um momento para o outro, num ápice, ser “silenciados” por aqueles que detêm o poder, apenas para que o «motor da História» não seja prejudicado; e é isso que se pode encontrar tanto na obra de Orwell, como nos regimes totalitários por nós conhecidos. O que está, principalmente, em estudo são as terríveis e inexplicáveis “monstruosidades” que os homens, na posse do poder, podem impor aos seus semelhantes. “Regime totalitário” e “liberdade” passam então a ser, para além de conceitos-chave, conceitos interligados entre si mas pelas piores razões; e, no fundo, são estes os principais conceitos que fornecem o tema a esta nossa dissertação.

Título da Comunicação

O Salazarismo e a Ruralidade

Autor

ISABEL MARIANO RIBEIRO

(mr.isabel@gmail.com)

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

As crises económicas e a I Guerra Mundial, o «medo vermelho» contribuíram em muito para que se pusesse em causa não só o modelo de liberalismo económico, como também do «demoliberalismo» político. A crise deste modelo político conduziu à ascensão de regimes autoritários de direita, sob o slogan «antiparlamentar, antiliberal e antimarxista»; com variações e particularidades de em consonância com a realidade do país em que se enquadram. O regime do Estado Novo que se auto definiu como autoritário, nacionalista, corporativo, imperialista e anti-marxista, engendrou a sua autodefesa com base no partido único; enquadrou as massas trabalhadoras numa organização económica corporativista; criou organizações milicianas para a defesa e propagação dos seus ideais; controlou o ensino e a cultura; construiu a imagem modelar de Salazar; controlou a oposição por meio de instrumentos de repressão como a censura e a polícia política. Mas talvez a sua principal especificidade, enquanto mecanismo de segurança tenha sido o «mito da ruralidade», visão totalizante que se construía sobre uma realidade que permitia e garantia a sua própria sobrevivência. É esse «mito» que pretendemos perscrutar: primeiramente tentando perceber qual a natureza do Estado

Novo, se podemos falar com veracidade de um projecto totalizante e que noção de segurança pressupõe; depois, estudando o mito em si, o que é, como se enquadrava no todo que é o pensamento de Salazar; como foi difundido (quais os agentes de inculcação e reprodução social) e que influência teve nas políticas agrárias.

~~Sala~~ 12.2.14

A Política Externa dos E.U.A

MODERADORA: *Raquel Vaz-Pinto, IEP – UCP*

Título da Comunicação *US Post-cold war Strategy: Insurgency and Counterinsurgency as Deterrence*

Autor

BRUNO CARDOSO REIS

(bcreis37@gmail.com)

Instituição

IEEI e ICS-UL

RESUMO

Cold War deterrence was virtually synonymous with nuclear strategy between states. Therefore the end of the Cold War seemed to signify the end of deterrence as a useful concept. But deterrence as a tool for policy and analysis is evidently not necessarily linked with nuclear weapons, but with trying to condition the behaviour of others by resorting to threats. This paper tries to show this by looking in that perspective into the topical issue of insurgency and how best to fight. More specifically by looking into the debates surrounding US military interventions in the 1990s, particularly in the former-Yugoslavia, and in the 2000s in Afghanistan and Iraq, as well as the on-going debate regarding a possible military intervention against Iran. In analysing these debates the focus will be on the varying salience and anticipated shape of asymmetric threats against invading forces as a deterrent. The paper will trace the development of this debate in the Post-Cold War period in the context of the Vietnam syndrome and the gradual overcoming of it, now again in question. It will argue that today insurgency and counterinsurgency are crucial.

Título da Comunicação

A Theory of Unipolarity

Autor

NUNO PERES MONTEIRO

(nuno.monteiro@yale.edu)

Instituição

Univ. Yale

RESUMO

This article deals with the question of whether unipolarity is durable. I begin by laying the groundwork for this answer by establishing the logical separation between balancing and a systemic balance of power. Then, I establish how, in a nuclear world, the goals of balancing -- guaranteeing state survival -- can be successfully achieved under conditions of unipolarity short of pursuing a reestablishment of a systemic balance of power. Unipolarity is therefore potentially durable. The key to its durability in practice, however, depends on the grand strategy implemented by the unipole. A unipole bent on domination will lead other states to pursue balancing strategies that will erode its power preponderance and eventually put an end to unipolarity. A disengaged unipole will open the space for regional competition among states, leading to regional balancing efforts that may also eradicate its power advantage and bring about a systemic balance of power. But a unipole that defends the status quo provides no security-driven incentives for other states to balance beyond the acquisition of survivable nuclear arsenals, creating the conditions for perpetuating its position. Besides yielding more specific empirical implications than alternative theories, this contingent view on the durability of unipolarity is consistent with the empirical record, since none of today's medium powers has thus far engaged in a push to end U.S. power preponderance.

Título da Comunicação

As Crises da Unipolaridade

Autor

CARLOS GASPAR

(c.gaspar@ipri.pt)

Instituição

IPRI-UNL

RESUMO

As crises da unipolaridade são de três ordens distintas. Em primeiro lugar, parece existir uma crise de ordem conceptual, uma vez que continua a não haver uma definição consensual de unipolaridade, reconhecida pela comunidade científica. Por um lado, há uma sobreposição indevida entre os conceitos de unipolaridade, de hegemonia e de império e, por outro lado, persistem divisões na análise da estrutura de distribuição do poder internacional. Em segundo lugar, há uma crise de ordem estratégica, que se refere aos problemas de institucionalização de um modelo de ordenamento internacional assente no reconhecimento da legitimidade da preponderância singular dos Estados Unidos. Esses problemas foram acentuados pela continuidade das principais instituições internacionais criadas no fim da II Guerra Mundial, bem como pela crise dos Estados e do princípio da soberania, que tem estado no centro dos conflitos desde o fim da Guerra Fria. Em terceiro lugar, está a revelar-se uma crise de ordem política, pela indeterminação crescente na definição das prioridades internacionais dos Estados Unidos. As clivagens internas apontam para uma separação entre os defensores da preponderância internacional da “República Imperial” e os que propõem um retraimento estratégico da grande potência marítima ocidental perante a ressurgência das grandes potências continentais asiáticas.

Título da Comunicação

Roosevelt e os Fantasmas de Ialta

Autor

PEDRO AIRES OLIVEIRA

(mpoliveira@fcsb.unl.pt)

Instituição

FCSH – UNL

RESUMO

Durante a Guerra Fria, os compromissos negociados por Roosevelt em Ialta constituíram um dos aspectos mais controversos do seu legado presidencial. Eminentemente estadistas europeus, desde o general De Gaulle ao presidente checo Vaclav Havel, deploraram a alegada “divisão do mundo” acertada entre os três grandes na Crimeia, e encararam as concessões das democracias a Estaline como uma traição às aspirações democráticas dos povos da Europa de Leste. Essa crítica encontrou eco na historiografia neoconservadora americana e teve no Presidente George W. Bush um dos seus mais recentes aderentes. De uma forma geral, porém, essas críticas não reflectem o consenso da historiografia internacional, que prefere relegar a imagem de Ialta enquanto partilha do mundo em esferas de influência para a categoria dos mitos. Mas a verdade é que entre os antigos países do bloco de Leste, o “mito de Ialta” permanece forte, tendo mesmo feito o seu reaparecimento aquando da viagem do Presidente Obama à Rússia, em Julho de 2009. Baseando-se em alguma literatura recente, esta comunicação procurará examinar as razões da persistência da crítica ao suposto “amoralismo” de FDR em 1945 e dizer qualquer coisa acerca dos dilemas das potências democráticas quando forçadas a lidar com regimes de natureza totalitária.

Sala 12.3.12

Direitos Humanos

MODERADORES: Filipe Carreira da Silva , ICS – UL

<i>Título da Comunicação</i>	<i>O significado dos Direitos Humanos no discurso do movimento internacional dos direitos humanos. Uma proposta de definição</i>
<i>Autor</i>	<i>ISABEL XAVIER CABRITA (icabrita@iscsp.utl.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>ISCSP-UTL</i>

RESUMO

O termo “direitos humanos” normalmente não é utilizado com o mesmo sentido por todos aqueles que participam no debate internacional dos direitos humanos.

Na realidade, até aqueles que aceitam a mesma lista de direitos humanos têm, frequentemente, entendimentos diferentes a respeito da sua natureza, conteúdo e alcance – o que é mesmo que dizer sobre a sua definição.

No entanto, quando os defensores dos direitos humanos criticam as práticas de direitos humanos de determinados Estados têm em mente uma determinada concepção de direitos humanos. Logo, a procura de um sentido dos direitos humanos que encaixe no discurso do movimento internacional dos direitos humanos é indispensável para quem pretenda reflectir e/ou participar no referido debate internacional. E é este o objectivo da nossa comunicação.

Título da Comunicação

O Estado Nacional promove o regime de Direitos Humanos?

Autor

MURILO MESQUITA

(murilo_mesquita@hotmail.com)

Instituição

UEPB

RESUMO

Na tentativa de compreender a atuação do Estado Nacional em relação a promoção dos direitos humanos, partimos de uma leitura crítica da atual configuração do sistema internacional de poder que mantém uma perspectiva de que a cooperação internacional pode ser viável com a regulação dos ganhos absolutos. Nesse sistema de Estados temos em evidência a consolidação da soberania territorial, através do consenso internacional que legitima a não-intervenção, como condição *sine qua non* para a sobrevivência da comunidade internacional.

Evidenciamos, assim, a problemática da questão que relaciona o paradigma da soberania, o regime de direitos humanos e fragilidade dos Estados diante da globalização neoliberal. A questão que colocamos é perceber sob qual pretexto se justifica a intervenção diante da soberania de um Estado e quais os atores são legitimados a reivindicar o direito de intervir em um país que está a sofrer com uma crise humanitária.

Título da Comunicação

Direitos Sociais em Portugal

Autor

FILIPE CARREIRA DA SILVA e MÓNICA BRITO VIEIRA

(fcs23@ics.ul.pt/ monica.vieira@ics.ul.pt)

Instituição

ICS – UL

RESUMO

Politics today is in the midst of a silent revolution. Without many of us noticing, the centre of democratic politics has been shifting from parliaments and governments to constitutional courts. In a growing number of countries, Portugal included, a tendency to the “judicialization of politics” has meant that laws must increasingly conform to what the constitution says – *en rigueur*, to what constitutional judges say it says – or be invalid. There is no better illustration of the mounting tension between democracy and the “new constitutionalism” than the life cycle of rights. Rights are often included in constitutions by political parties. That was the case of Portugal in 1975, when a single party, dictatorial system, gave way to a multiparty system, in charge of elaborating Portugal’s first democratic constitution. But what makes democratically elected legislatures so willing to transfer part of their power over to the courts in constitutionalizing rights, namely socio-economic rights, which constrain their own future political options? This paper tries to answer this question by suggesting that traditional rational choice explanations only provide part of the explanation. The origins of human rights, including socio-economic ones, can only be understood with an account of the pre-legislative standing of rights as ethical claims. It is here, I argue, that lies the motivation that leads to the enactment and constitutionalization of human rights laws.

~~Sala~~ 12.3.13

Organização Territorial do Estado

MODERADORA: Ana Belchior, CIES-ISCTE

Título da Comunicação

Que tipo de problemas pode ser resolvido através da divisão territorial de poderes?

Autor

NEUSA LAGARTO

[*\(neusa@ua.pt\)*](mailto:neusa@ua.pt)

Instituição

Univ. Aveiro

RESUMO

É feita uma abordagem inicial onde se refere que no início o Estado era algo soberano e uno onde o indivíduo não possuía quaisquer direitos, por exemplo e na visão de Hobbes existiria, portanto, uma renúncia integral e irrevogável, por parte de todos os membros da sociedade da totalidade dos seus direitos naturais sem quaisquer contrapartidas, reservas ou condições, nesta entidade criada para o efeito, o grande Leviatã, o deus mortal, o Estado soberano.

A República de Jean Bodin, o grande Leviatã de Thomas Hobbes e a vontade geral de Jean-Jacques Rousseau surgem todos de um modo comum: da reunião numa nova entidade da integridade de todos os direitos e poderes de todos os membros da comunidade, que, ao se despojarem da sua individualidade, dos seus direitos e poderes, entregando-os ao Estado, se submetem, integralmente também, à sua mercê.

Seguidamente é feita uma demonstração, através de vários Programas dos Governos Constitucionais da vontade política em descentralizar e cumprir o imperativo constitucional.

Igualmente se faz uma breve abordagem ao exemplo espanhol. O Estado central, decisor a nível nacional, passará parte dos seus poderes para os novos centros de decisão regionais. A divisão de poderes poderá não ser o “monstro” a evitar, mas sim um “colete salva-vidas” para muitos países.

Título da Comunicação

To Party or Not To Party? – An experimental analysis of support for independent local lists

Autor

RUI CASTILHO DIAS

(ruianne@sapo.pt)

Instituição

Univ. Aveiro

RESUMO

This growth of independent lists has been popularly associated in Portugal to high levels of anti-party sentiment, and to discontentment and disaffection with the functioning of democracy. While this pattern has not been entirely corroborated in case-study analysis (Lima, 2008), it is an explanation that has demonstrated considerable traction in other long-standing democracies (viz. the country studies of Aars and Ringjøb, 2005, Owen and Dennis, 1996; Bolleyer & Weeks, 2007; and the comparative overview of Reiser, 2008). Yet, at the same time, work on support for independents has also highlighted the similarities between independent local lists and party lists (Holtmann, 2008: 15), a pattern perceptible in the Portuguese context also. As such, we might expect to find a role for other predictors of electoral behavior for independents also: notably, the personality of the candidates, or their ideological positioning.

This paper aims to further explore the mechanisms of support for independent lists by testing the impact of independence, candidates' personality and ideology on support for non-party lists. It does so using an experimental methodology, with five simulated elections, using a universe of 200 university students. These were previously inquired as to their political attitudes – notably towards parties, political issues, ideology, and the functioning of democracy. The bivariate and regression analysis of the experimental results indicates that anti-partisan sentiments are a necessary but not sufficient condition for supporting independent candidates. Ideology and personality also play a significant predictor role, with the latter a particularly significant predictor of independent vote.

14:30 – 16:30

Sala 12.1.18

Estado e Serviço Público III

MODERADOR/A: *André Azevedo Alves, Univ. Aveiro*

Título da Comunicação

Modelo Social Europeu ou Modelos Sociais Europeus

Autor

JOSÉLIA MARIA GONÇALVES

(joselia.m.goncalves@gmail.com)

Instituição

Univ. Évora

RESUMO

A Sociedade, o Estado e a sua relação assumem contornos e dinâmicas inovadoras. Desenvolvem bidireccionalmente pressões para acomodamentos estruturantes no sentido da (re) definição de um novo contrato social.

No que à União Europeia diz respeito, é incontornável a reflexão sobre o papel do Estado na sociedade, sobre a (re) definição das funções do Estado, das quais se exclui o núcleo essencial das funções de soberania cumprindo o princípio da indelegabilidade dos poderes dos órgãos de soberania.

A ocorrência de um conjunto de problemas similares, associados a mudanças sociais e económicas globais e as transformações importantes relativas ao trabalho, à família e à vida quotidiana, impulsionaram a frequente utilização do que se convencionou designar de Modelo Social Europeu. Modelo, ou modelos, dado existirem vários Modelos Sociais Europeus.

Importa explorar, analisar e comparar estes distintos modelos, formatos de resposta aos compromissos com os direitos sociais.

Título da Comunicação

*Estado e modelos de gestão pública – a reforma e
disrupção na política pública de recursos humanos*

Autor

*NUNO CUNHA ROLO
(nuno.rolo@ist.utl.pt)*

Instituição

ISCSP – UTL

RESUMO

A administração pública é, provavelmente, uma das áreas da governação que sempre esteve na agenda reformista de qualquer governo constitucional. Uma “agenda” que habitualmente incide sobre as matérias da organização e funcionamento administrativas. Esta “agenda reformista” destacou-se com o último Governo Constitucional, através de variados instrumentos políticos e administrativos. Todavia, questiona-se:

- Que paradigma administrativo e que respostas contém para um mundo em (r)evolução contínua, nomeadamente no papel *político* do estado, e nos mecanismos de governação jurídica, social e imaterial (conhecimento, competências e criação de valor para a sociedade e o sistema político)? Que mudança, ou transição, de paradigma da reforma actual da gestão e administração públicas, nomeadamente eventual transformação do burocrático para o gestor? Ou para a governância? Quais as razões principais, e as comprovações das mesmas, das diversas decisões e políticas públicas face a problemas estruturantes nacionais e às crises mundiais, financeiras, sociais e de saúde pública? O modelo actual de “governo” da administração pública é sustentável, sobretudo no que concerne à responsabilização, ética (códigos de conduta), interesse público e estruturas do Estado de direito?

Título da Comunicação

*Analisando o Discurso Oficial do Programa Gestão de
Pessoas por Competências. Isso é governança?*

Autor

*NATHIENE ALENCAR DE SÁ
(nathyalencar@hotmail.com)*

Instituição

UFPE

RESUMO

Analisa-se o discurso oficial do Programa Gestão de Pessoas por Competências, implantado em um Órgão do Poder Judiciário Federal Brasileiro. Utiliza-se como fonte principal a Teoria do Discurso e, dentre os principais teóricos estudados, foi dado destaque a Fairclough, da Análise de Discurso Crítica; Foucault, Pêcheux. Objetivo central do estudo: investigar as condições sócio-históricas da produção do discurso sobre competências para, em seguida, analisar o programa implantado, identificando enunciados considerados mais importantes para se entender o discurso global. Pesquisa de campo, de cunho qualitativo. O *corpus* se constitui do Relatório do Programa implantado, além de entrevistas com gestores ligados ao Núcleo de Gestão de Pessoas, visando identificar como estes percebem o discurso do programa, o grau de identificação e a forma como essa se dá. Apontam-se algumas contradições presentes no discurso de competências, conceito bastante utilizado nos órgãos públicos atualmente, verificando que estes discursos propõem a valorização do servidor e melhoria da eficiência no trabalho, no entanto, o servidor passa a ter uma sobrecarga a partir da demanda por novas e complexas habilidades, sem haver a modificação das atuais estruturas existentes nesses órgãos. Governar através da Gestão por Competências é eficaz?

Sala 12.1.19

*Ensino e Investigação em Relações Internacionais nos países de língua portuguesa:
Evolução, Desafios e Perspectivas*

MODERADOR/A: Laura C. Ferreira Pereira, NICPRI – Univ. Minho

<i>Título da Comunicação</i>	<i>As Relações Internacionais no Brasil e em Portugal: sobre um crónico distanciamento académico</i>
<i>Autor</i>	<i>LAURA FERREIRA PEREIRA e ERICA RESENDE (lpereira@eeg.uminho.pt/ esa@infolink.com.br)</i>
<i>Instituição</i>	<i>NICPRI – Univ. Minho e Univ. Estado Rio de Janeiro</i>

RESUMO

Nas últimas décadas, as Relações Internacionais (RI), como domínio científico, atingiram do Brasil e de Portugal um notável nível de consolidação, diversificação e internacionalização. Com o processo de democratização dos dois países, fechado o ciclo mais ou menos longo de autoritarismo político, a área das RI experimentou uma inserção ímpar como área de conhecimento autónomo, nas universidades portuguesas e brasileiras. Especialmente ao longo da década de 1990, as RI testemunharam um crescimento notável nos dois lados do Atlântico, com a abertura de cursos de graduação e de pós-graduação, a criação de centros de investigação especializados, a criação e desenvolvimento de novas linhas de pesquisa, o lançamento de revistas científicas e a criação de associações nacionais de RI. Considerando este contexto, é surpreendente descobrir que a cooperação académica entre as comunidades brasileira e portuguesa é marginal. O objetivo deste artigo é entender as razões pelas quais os investigadores brasileiros e portugueses ainda não foram capazes de construir uma comunidade académica de RI de língua portuguesa. Assistiu-se, portanto, a um crónico distanciamento que é lamentável em vista dos fortes laços históricos, culturais, linguísticos e institucionais existentes entre Brasil e Portugal.

Título da Comunicação

Velha garrafas, vinho novo? Pensar criticamente sobre a história das Relações Internacionais em Portugal?

Autor

DANIEL PINEU

(danielfrp@gmail.com)

Instituição

Univ. Aberystwyth

RESUMO

Desde a década de 1990, o campo da “historia disciplinar” vem se tornado um importante nicho das RI. Uma crescente literatura tem se dedicado a mapear a historia das relações internacionais enquanto campo intelectual, e enquanto actividade profissional.

Cerca de uma década depois, esforços semelhantes começaram a emergir no campo intelectual das RI portuguesas. No entanto, o principal traço da emergente “historia disciplinar” das RI em Portugal não é a sua génese relativamente tardia, mas a forma como em geral ignora algumas características importantes dos programas de investigação desenvolvidos no pela historia disciplinar das RI fora do país. Em particular, os estudos até agora desenvolvidos têm sistematicamente ignorado importantes contribuições dadas pela sociologia do conhecimento, e tem também evitado importantes debates sobre a relação entre um *mainstream* anglo-americano hegemónico e uma periferia científica polifónica e dinâmica. Acresce a isto uma falta de dados empíricos, recolhidos de forma sistemática e abrangente, para substanciar algumas hipóteses sobre a relação entre o desenvolvimento epistemológico das RI em Portugal e a sua (incipiente) profissionalização. O objetivo desta comunicação é propor uma série de medidas que visem aperfeiçoar a historia disciplinar das RI em Portugal.

Título da Comunicação *Considerações teóricas sobre a disciplina Relações Internacionais no Brasil*
Autor WILLIAMS GONÇALVES
Instituição (williamsgon@terra.com.br)
Univ. Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O objetivo da comunicação é refletir sobre os efeitos teórico-políticos da assimilação acrítica no Brasil das teorias das Relações Internacionais produzidas no mundo anglo-saxão. Por entender que essa produção teórica não pode ser dissociada do projeto hegemônico dos Estados Unidos, o autor argumenta que a maior projeção internacional do Brasil requer uma elaboração teórica à luz da experiência histórico-conceitual do país, o que supõe o exame crítico dos conceitos que formam as teorias anglo-saxônicas e a confrontação desses conceitos com as condições específicas da inserção brasileira no sistema internacional de poder.

Título da Comunicação

Os think tanks do Governo Obama e seu conceito de Brasil

Autor

TATIANA TEIXEIRA

(tteixeira@iuperj.br)

Instituição

IUPERJ

RESUMO

Portugal e Brasil são dois países com processos históricos que se tangenciaram e com elevado nível de afinidade cultural, mas que se encontram inseridos em realidades regionais bastante distintas. Considerando esse elemento, de que modo esses países recepcionaram o modelo de instituição norte-americana conhecido como *think tank*, adaptando-o a uma cultura política específica e tão diversa da anglo-saxônica? Por meio do conceito de *policy transfer*, avaliaremos se é possível identificar uma influência dessas instituições nos países escolhidos, assim como quais seriam os institutos relevantes que se dedicam às relações luso-brasileiras. Nosso objetivo é apontar o peso dos thinks tanks brasileiros e portugueses na construção do reconhecimento recíproco entre Brasil e Portugal, assim como na influência da agenda bilateral entre Brasil e Portugal.

Sala 12.2.8

Governança e Questões Económicas

MODERADOR: José Manuel Moreira, Univ. Aveiro

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Uma Comissão Autónoma? Os mecanismos de controlo actantes sobre a Comissão Executiva Europeia à Luz da Teoria da Delegação</i>
<i>Autor</i>	CINTHIA CAMPOS (cinthyacp@gmail.com)
<i>Instituição</i>	Univ.Federal de Pernambuco

RESUMO

Como parte da dissertação defendida recentemente, o presente artigo tem por objetivo principal apresentar os principais mecanismos de controlos sobre a Comissão Executiva Europeia, identificados a partir de documentos oficiais e da análise de modelos teóricos da ciência política. Discute-se a aplicabilidade da teoria da delegação, bem como o modelo principal-agente, na análise das principais instituições supranacionais europeias, percebendo a presença de mecanismos de controle que se assemelham àqueles empregados no âmbito de um Estado nacional (Pollack, 2006), a exemplo de procedimentos como o *fire-alarm* (McCubbins & Schwartz, 1984), quando há a preocupação de estabelecer a possibilidade de que outros atores políticos apontem as falhas da agência. Percebe-se também a crescente presença do Parlamento Europeu no emprego dos mecanismos de controlo como forma de legitimar democraticamente as ações e decisões tomadas pela Comissão Europeia. Por fim, apresentam-se algumas conclusões sobre as conseqüências da delegação de poderes para instituições não majoritárias.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Diversidade e Equilíbrio assimétrico – uma leitura da governança económica e institucional na União Europeia</i>
<i>Autor</i>	<i>EDUARDO CONDÉ</i> <i>(eduardosconde@uol.com.br)</i>
<i>Instituição</i>	<i>UFJF</i>

RESUMO

Esta comunicação é uma análise sobre dois níveis relacionados à *governance* económico-política e a lógica institucional na União Europeia. Primeiro, sobre a dinâmica entre a união económica, mercado de trabalho e *welfare*, ou o movimento sobre adaptabilidade e flexibilização segundo as interações estratégicas dos atores. A resultante envolve a diversidade, dos modelos mais descentralizados às diversas formas de centralização e negociação coletiva: um médio alcance entre flexibilidade e coordenação. O segundo nível trata do Banco Central Europeu e suas relações com as instituições de trabalho e bem-estar. Sistemas mais coordenados podem obter respostas mais positivas sobre emprego e proteção que outros menos coordenados. As respostas do BCE, movidas pela ótica anti-inflacionária, afetam decisões nacionais e são também por elas afetadas. No jogo entre as instituições nacionais e o BCE, as decisões do banco atuam sobre sistemas nacionais mais ou menos rígidos, em um mix de resistência e adaptação. A conclusão seria pela lógica macroeconómica em estreita relação com crescimento e emprego, ou a combinação de equidade e eficiência, uma produção de qualidade, emprego estável e elevados *standards* de proteção, superando o *trade-off* economia forte e sociedade estável.

Título da Comunicação

A Identidade Europeia – a cidadania supranacional

Autor

PAULA MARQUES DOS SANTOS e MÓNICA SILVA
(psantos@estgl.ipv.pt)

Instituição

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego

RESUMO

Pretende-se com esta comunicação apresentar um reflexão sobre a construção da identidade comunitária europeia, procurando identificar os principais desafios à consolidação da cidadania europeia e as dificuldades em tornar os indivíduos do espaço comunitário mais participativos no processo de integração e as as instituições europeias mais próximas do cidadão comum.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Aqui sopram os ventos da Europa. Os governos portugueses perante o federalismo e a integração europeia (1960-2002)</i>
<i>Autor</i>	<i>PAULO VICENTE</i> <i>(pjc.vicente@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Nova de Lisboa</i>

RESUMO

Esta comunicação procura compreender o posicionamento de Portugal face ao federalismo europeu, em particular a partir dos anos 60 até ao ano 2002, e que resulta da investigação para preparação de doutoramento.

A palavra “federal” gerou e continua a gerar muita controvérsia nos círculos europeus e esse facto é ainda mais evidente em momentos decisivos da construção europeia, nomeadamente, com as revisões ao Tratado fundador e a condução desse processo por lideranças fortes. Assim, como reagiu Portugal ao despontar do federalismo europeu nas últimas décadas? A resposta a esta pergunta só será possível através da análise do percurso do nosso país com vista a uma maior integração no continente europeu.

Num primeiro momento compreenderemos a natureza autoritária do regime com Salazar e Caetano e num segundo momento a transição e consolidação democrática e avaliaremos se o federalismo determinou o rumo da integração e como os sucessivos governos, até 2002, reagiram às propostas políticas comunitárias.

Título da Comunicação

A União Económica e Monetária: uma Leitura “Racional-Federalista”

Autor

PAULO VILA MAIOR

(pvm@ufp.edu.pt)

Instituição

Univ. Fernando Pessoa

RESUMO

A comunicação centra-se na aplicação da teorização da integração europeia à União Económica e Monetária (UEM). Em anterior comunicação (IV Congresso da APCP, Lisboa, 2008: “Teorização da Integração Europeia à Luz da União Económica e Monetária: o Regresso ao Intergovernamentalismo?”), a UEM e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) foram analisados sob a lupa das seguintes teorias ou abordagens parciais: neo-funcionalismo, intergovernamentalismo liberal, governação supranacional, novo institucionalismo e teoria da fusão. Nesta comunicação entram em cena a teoria da escolha racional e a teoria federal. Vastos sectores da literatura consideram que a prevalência da escola monetarista e a acomodação dos governos nacionais a um cenário internacional modificado foram as principais causas justificativas da criação da UEM. Outra corrente argumenta que o avanço para a UEM foi independente dessas variáveis exógenas, considerando-o parte integrante do dinamismo inato ao processo de integração europeia. É neste contexto que a comunicação indaga se a teoria da escolha racional e a teoria federal (teorizações que extravasam a realidade da integração europeia) fornecem explicações consistentes com a criação e o desenvolvimento da UEM.

A comunicação procura alcançar dois objectivos: por um lado, saber se a UEM e o PEC se enquadram na cartografia teórica da escolha racional e do federalismo; e, por outro lado, perceber até que ponto a reforma do PEC determinou uma ruptura com a matriz teórica anteriormente identificada.

Sala 12.2.9

Líderes e Eleições Democráticas III

MODERADOR/A: *Marina Costa Lobo, ICS-UL*

Título da Comunicação

Leadership Effects in France

Autor

MICHAEL LEWIS-BECK & RICHARD NADEAU

(michael-lewis-beck@uiowa.edu)

Instituição

Univ. Iowa e Univ. Montreal

RESUMO

According to McAllister (2007: 585), “personalization of politics will remain a – perhaps the – central feature of democratic politics in the twenty-first century.” A compelling demonstration of this phenomenon can be found in a comparative study from Dalton et al (2000). They demonstrate that the ratio of candidate-to-party mentions in the media coverage during elections has increased in four out of the five countries they study, namely the US, the UK, Austria and France. Even more interesting, for us, is the fact that personalization appears more pronounced in presidential systems (France and the US), than in parliamentary ones (the UK and Austria).

Despite these claims, the limited direct evidence on France is mixed, indeed almost non-existent (King 2002; Pierce, 2002). Due to its peculiar history and its institutional framework, personalization is an old and strong tradition in French politics. Still, no rigorous assessment of the impact of leadership on voter’s choices has been performed for the French case. Our paper represents the first systematic attempt to fill this void, answering the question: does the image of leaders matter in French elections?

Título da Comunicação

The relevance of different aspects of leader evaluations for voting decisions in established and new democracies. A comparative analysis of four democracies

Autor

TATJANA RUDI (rudi@uni-mainz.de)

Instituição

Univ. Mainz

RESUMO

Although the interest in the impact of evaluations of leaders on voting decisions has increased over the last years, empirical analyzes comparing the effects of leadership between established and emerging democracies are rare. This is due to the fact that the two fields are rather separated from each other. Whereas in established democracies the interest in evaluations of leaders arises from the context of “personalization” and “presidentialisation” of European democracies, prominence of leaders in voting behaviour research in new democracies mostly results from unstable party systems with their personalized parties. Notwithstanding, evaluations of leaders are expected to be of great importance for the voting decision in both regions. However, so far it remains an open question whether the impact of leaders in explaining voting decisions is higher in established or in new democracies. The few comparative studies analyzing the impact of leaders on voting behaviour concentrate on the relationships between general evaluations of leaders and voting decisions. Comparative studies which differentiate evaluations of leaders into specific aspects (e.g. separating personal characteristics from political assessments) are the exception so far – especially in the case of new democracies. Baring in mind that different kind of voters can rely on different aspects of leader evaluation while making their voting decision, it is necessary not only to analyze the relationship between general leader evaluations and voting behaviour, but also to take into account certain aspects of leader evaluation. For example, many studies failed to detect the expected theoretical relationship between the political competence of voters and the effect of leader evaluations on voting decisions. It seems that less competent voters do not rely on candidate evaluations as a simple heuristic when making their decision at the ballot box. However, this observation could be connected with the fact that general evaluations of leaders capture political assessments as well as personal characteristics. Therefore, if we want to analyze the heterogeneity of voters – that means if different voters use different heuristics in deciding for whom to vote for it does not suffice to study only general evaluations of leaders.

The aim of the paper I am proposing is to answer the questions thrown up. Firstly, I will examine the relative impact of leaders in comparison to other determinants of voting behaviour in established versus new democracies. Theoretically, I will put forward the thesis that the effects of leader evaluations on voting decisions are greater in new democracies than in established ones. Secondly, I will differentiate theoretically between different aspects of leader evaluations and analyze empirically which aspects of leader evaluations are of greater importance for voting decisions. Thirdly, the question of heterogeneity will be addressed. It will be examined whether specific types of voters (e.g. informed vs. uninformed) are more likely to rely on certain aspects of candidate evaluations (e.g. personal characteristics vs. political assessments) in making their vote. These questions will be answered by using data from two new democracies and two established democracy. This restriction to the comparison of four countries is inevitable as there are some requirements for the data (e.g. personal and political assessments of the leaders). Notwithstanding, the selection of countries ensures that different contextual conditions can be taken into account. Specifically, I will rely on National Election Studies to parliamentary elections in Croatia, Poland, Germany and Great Britain. In all countries three National Election Studies will be analyzed, therefore, it is possible to formulate some statements about the longitudinal development of the impact of leader evaluations.

Título da Comunicação

Impact of Leaders on Voting in Romania

Autor

ANDREI GHEORGHITA

(andrei@datmark.ro/ andrei.gheorghita@ulbsibiu.ro)

Instituição

Univ. Sibiu, Romania

RESUMO

Although still debated in the literature, the presidentialisation thesis is largely taken for granted by campaign strategists all over the world. Political leaders are credited with a significant and growing impact on the results of parliamentary elections in a political environment dominated by catch-all partyism (Kircheimer, 1966). This long-term shift from political parties to leaders as main actors on the electoral scene of Western societies is generally explained as an aggregate effect of a sequence of transformations: changes in the patterns of mass communication in the age of electronic media (Bean and Mughan, 1989; McAllister, 1996, 2007; King, 2000; Schmitt and Ohr, 2000; Poguntke and Webb, 2005), the significant erosion of traditional electoral alignments (Wattenberg, 1991; McAllister, 1996, 2007; Schmitt and Ohr, 2000), an increase in the complexity of political issues correlated with a shift of interest from local to national politics (McAllister, 1996), and, finally, the internationalization of politics (Poguntke and Webb, 2005).

Most of the research on the phenomenon presidentialisation (or personalization) of elections is dedicated to long-lasting Western democracies, while the case of new democracies in East Central Europe is largely ignored, with rather few exceptions (Colton, 2002; Stefuriuc, 2003). However, the presidentialisation of electoral politics may have found an even more fertile ground in this latter post-communist area, given the impact of few locally relevant variables: (a) a longstanding tradition of almighty leaders, with few or no constraints in the exercise of power, further strengthened in the recent totalitarian (or even sultanistic) past; (b) a widespread option towards semi-presidential or even presidential systems, with directly elected presidents and frequent unclear power settlements between the president and the prime-minister; (c) the lack of solid party alignments, due to the short experience of democratic politics, reflected in rather fluid structures of political cleavages and enormous volatility rates (Evans and Whitefield, 1993); and (d) an accelerated development of the media systems in former communist countries, with fast growing audiences of private-owned, commercial-targeted TV stations. In this general framework, Romania is not at all expected to be an exception. This paper aims to explore the impact of leader evaluations on party vote in post-communist Romania from two related perspectives. Firstly, leader effects are evaluated from a longitudinal perspective, on survey data covering 13 years, from 1995 to 2007. Two points of focus are to be explored at this stage: (a) evolution of leader evaluation scores in relationship to significant developments in Romanian politics and (b) intensity and evolution of association measures between leader confidence scores and vote choice for the main political parties. Secondly, “pure” leader effects are measured for the 2004 parliamentary elections, employing the FR2 improved prediction strategy (Schmitt and Ohr, 2000) on multiple regression models with party rating scores and party vote intention as dependent variables, for the main two competitors: National Alliance: Social Democratic Party + Romanian Humanistic Party (PSD+PUR) and Truth and Justice Alliance: National Liberal Party - Democratic Party (PNL-PD). In other words, we measure the additional explanatory (and predictive) power brought by the subjects’ personal judgements of the leaders and candidates in a comprehensive regression model of the party vote/evaluation (including party/ideologic identification measures, retrospective evaluations of party performance in office, and group identification variables).

~~Sala~~ 12.2.10

América Latina

MODERADOR: *Carlos Jalali, Univ. Aveiro*

Título da Comunicação

*Explorando la Violência en América Latina:
diferencias entre los estados mexicanos*

Autor

ELENA MARTÍNEZ BARAHONA

(embarahona@usal.es)

Instituição

Univ. Salamanca

RESUMO

A lo largo de la presente comunicación intentaré explorar las relaciones causales sobre el aumento de la violencia y las tasas de inseguridad ciudadana en los diferentes estados mexicanos. En este sentido, examinaré las diferentes causas y las inferencias que conlleva en los diferentes grados de democratización a nivel local.

~~Sala~~ 12.2.12

Challenges of Foreign Policy

MODERADOR: *Bernardo Ivo Cruz, IEP-UCP*

Título da Comunicação *Islam and Republicanism in Chiragh Ali and Muhammad Iqbal*

Autor

CARIMO MOHOMED

(mohomed.carimo@gmail.com)

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

The Indian Mutiny, or the Sepoy Mutiny, of 1857-1858 marked the end of the political supremacy of Islam in India.

The aftermath brought down the Mughal Dynasty and introduced the definitive rule of the British. With all these events, many were the Muslim political intellectuals who sought to reform and revitalize Islam in India and as a whole.

The Aligarh College was created with the aim of establishing a modern institution of higher education for Muslims and many were those who studied or collaborated there and an intense debate went on and it was a rich epoch of reformist theorization, which would surpass geographical boundaries and anticipate questions which are relevant and present nowadays, like gender relations or the role of religion in politics or the abolition of the Caliphate.

Two of them, Chiragh Ali (1844-1895) and Muhammad Iqbal (1877-1938), wrote on the various possible ways of political reform in the world of Islam, using History as a source and inspiration and finding in it, from their viewpoint, the republican character of Islam.

The aim of this paper is to analyze the republican ideal in their thought and how they viewed the relation between Islam and that ideal.

Título da Comunicação

The Rise and Role of NGO's in Malaysia

Autor

MOHAMMAD AGUS YUSOFF e AZMI AWANG

Instituição

Univ. Kebangsaan Malaysia

RESUMO

This paper chronicles the rise and development of non-governmental organizations and their roles in Malaysia's politics and society. The emerging roles of NGOs in Malaysia started only in the late 1990s. Before this, there had existed several non governmental organizations, whether representing or relating to religion (such as ABIM [1971]) and SIS [1987]), social movement, consumer rights and issues (FOMCA [1973]) or environmental concern (SAM [1977]). Since then, there has been a steady increase in prominent in the role played by these organizations in articulating what they claim represent interests of their members or society at large. In addition to discussing the history of the NGOs, this paper will also discuss how and to what extend these non governmental organizations partake their civil roles effectively and responsibly in a changing political landscape of the country.

Título da Comunicação

The Rise and Sustainability of the People's voices in Iran

Autor

VAHID AMANI ZOERAM e JAYUM ANAK JAWAN
(jayum@putra.upm.edu.my)

Instituição

Univ. Putra Malaysia

RESUMO

The aim of this paper is to discuss the challenges of involving a larger segment of the peoples in the process of decision making in Iran. Since the revolution period, many ‘voices’ emerged and yearned to be heard. Although the autocratic regime of past eras is a thing of the past, the challenge of listening to these voices is still an enormous task because the former may be seen as contestant and opponent to contemporary order and the political leadership. The paper will also thus discuss how these desperate voices may be harmonized with the state leadership in order to bring about greater degree of peoples’ participation in governance.

Título da Comunicação

The Europeanisation of national foreign policy?

The case of Portugal's relations with Angola

Autor

ANTÓNIO DE CASTRO RAIMUNDO

(*a.j.raimundo@lse.ac.uk*)

Instituição

LSE

RESUMO

This paper explores the impact of EU membership on Portuguese foreign policy towards Angola by focusing on trade issues. Trade is one of the most integrated policy areas of the EU, which has had long-lasting and highly institutionalised relations with Africa. Portugal is a small and open economy, and its relations with Angola are marked by an imperial and colonial presence. This work applies a theoretical framework based on the Europeanisation literature and centres its analysis on Portugal's accession negotiations to the EU and the Cotonou agreement's reforms. Preliminary results point to great evidence of Europeanisation understood as national adaptation to the EU, especially during the accession negotiations period. However, evidence of projection of Portuguese priorities and autonomous action has also been found, chiefly during the post-accession phase. History, cultural links and the presence of strong national interest groups have had a significant influence on Portuguese decision-makers, limiting the impact of European policies on Portuguese preferences towards Angola. Such findings give support to studies stressing the need to adequately account for national conditions, even in highly integrated policy areas and for smaller member states.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A single minded European fora's representation? From illusion, delusion to reality of a European single seat</i>
<i>Autor</i>	MIGUEL ROCHA DE SOUSA <i>(mrsousa@uevora.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>NICPRI – Univ. Évora</i>

RESUMO

We justify why a single seat from European members in international fora might be preferable than a multitude of seats. Leech and Leech 2005, Eichengreen 2008 proposed this reform at the IMF. Why? Even though nowadays European Union has an aggregate voting power that is bigger than its' respective expected share in world output or population weight; If the single seat is obtained, more coordinated expected outcomes can be achieved. This line of reasoning is compatible with the single mindedness theory reated by Mulligan and Sala-I-Martin and further extended by Canegrati. Focusing in one policy gives more political power for the single European seat.

~~Sala~~ 12.2.14

An Evaluation of Public Reason

MODERADOR/A: *Roberto Merrill, CEHUM, Univ. Minho*

Título da Comunicação

Public Reason: Incomplete?

Autor

ROBERTO MERRIL

(nrbmerrill@gmail.com)

Instituição

CEHUM, Univ. Minho

RESUMO

I start by introducing the subject of public reason. I then examine two of the most important features regarding the incompleteness of public reason: (a) indetermination and (b) inconclusiveness. I then evaluate which of these two features is the most difficult to reject by those who defend a conception of public reason as complete. I show that that none of these two features can be rejected, therefore public reason is incomplete. This should allow for the legitimacy of the use of perfectionist reasons (i.e., non-public reasons) in justifying public policies, at least when these public policies are not related to the “basic structure” of society.

Título da Comunicação

Public Reason: Conflicts from within

Autor

PAULINE COLONNA

(p.colonnadistria@hotmail.fr)

Instituição

Sorbonne-Paris IV

RESUMO

Modern democracies represent and present themselves as pluralistic societies. It is by virtue of their constitutive openness that democratic societies host the clash. Insofar as conflicts are the risk and condition of a democracy, division should not be seen as a dysfunction. The truth is we can't help considering – unconsciously sometimes – that conflicts question the possibility and efficacy of a public reason, and it is more often lived as a real dismemberment. My claim is these are two sides of the same coin: the imaginary of the body politic conditions an understanding of public rationality in the register of unity or “oneness”. What about a public reason built on and within an oppositional public sphere? The very interest of Claude Lefort's work on democracy in this regard is the way he debunks what he calls “the image of Oneness” to set out a public rationality based on and developing from dissension

Título da Comunicação

Political Philosophy Without Metaphysics

Autor

DIOGO FERNANDES

(diogo.a.f@netcabo.pt)

Instituição

Univ. Lisboa

RESUMO

Rawls's idea of public reason precludes the use of values and arguments drawn from comprehensive doctrines of the good in the construction of a theory of justice for a democratic pluralistic society. This strategy has the point of trying to justify society's basic political institutions in a neutral way, evoking only the content of public political culture, achieving thus a higher level of political legitimacy. Comprehensive doctrines of the good are usually distinguished between religious and secular or philosophical ones, the latter falling under the vague designation of metaphysics. Facing the critical challenge from perfectionism and the perplexity felt by some before the exile of metaphysics, along with religion, from public political debate, I'll try to question the possibility of distinguishing between religion and moral philosophy, for the effect of including the latter, or part of it, in public political justification. A possible argument would consist of two steps: first, showing the independence of moral theory from metaphysics, namely moral epistemology, theory of meaning and philosophy of mind; second, using the distinction between foundational and justificatory disagreements in order to show that although all reasonable religious disagreements are foundational, most of the possible disagreements concerning moral theory are justificatory, the disputing parties sharing the same normative framework. If this is the case, should some conclusions of moral philosophy be included in public political culture?

Sala 12.3.12

MESA REDONDA – Representação: Problemas de Teoria, de História e de Política

Coordenador: Renato Lessa, IUPERJ e UFF

Mónica Brito Vieira, ICS- UL, Manuel Villaverde Cabral, ICS- UL e Diogo Pires de Aurélio, FCSH-UNL

Sala 12.3.13

The Quality of Democracy in Portugal: A Possible Approach

MODERADORAS: Susana Cabaço e Patrícia Calca, ICS-UL

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Multi-layer concepts: theoretical approaches on the quality of democracy and democratic audit</i>
<i>Autor</i>	<i>SUSANA CABAÇO (susana.laia@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>ICS-UL</i>

Título da Comunicação

*Electoral Participation, citizenship and
migrants – a portuguese case*

Autor

ANTÓNIO PEDRO CIPRIANO

(apedro.cipriano@gmail.com)

Instituição

ISCSP-UTL

Título da Comunicação

*Agrarian Reform. Ideas, attempts and Impasses
(1910-1926) – Ideological Contours and public policies*

Autor

ISABEL MARIANO RIBEIRO

(mr.isabel@gmail.com)

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

The young Portuguese democracy is enduring. Political Science and other Social Sciences give analytical tools that allow us to present an overview of the political phenomena. In our perspective, the Portuguese case could shed light over prospects, trends and scenarios in the path of democracy improvement.

The paper presented by Susana Cabaço will generally focus on the academic interest and theoretical approaches of Political Science, in order to analyze the contrasting conceptualizations and proposals to operationalize the concept (quality of democracy and democratic audit).

The inclusion of non-national citizens on candidates' lists to Portuguese local elections is one of the specific subjects of our approach. To examine formal and informal proceedings related with the right of being elected, as well as immigrant profiles, are the main endeavour in the paper of António Cipriano.

Isabel Ribeiro's paper brings an innovative perspective in this research domain. It is presented a study focused on the impact of political ideas on a specific activity domain – agriculture – with a clear objective: discuss the possible impacts of those ideas on policies.

Título da Comunicação *Deliberação Democrática – atitudes dos Deputados e dos Cidadãos*
Autor *JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS e SANDRA CARVALHO*
(jose.viegas@meo.pt / sandraisabelsilvacarvalho@gmail.com)
Instituição *ISCTE-IUL e CES – Univ. Coimbra*

RESUMO

As propostas normativas de “deliberação democrática” surgem com o objectivo de melhorar a qualidade das democracias. Os pontos fundamentais da deliberação democrática prendem-se, por um lado, com a participação igualitária e alargada dos cidadãos na discussão e decisão políticas, e, por outro lado, com as regras a que deve obedecer esse debate. O objectivo é chegar á decisão melhor informada, assente nos melhores argumentos, que tenha o contributo de todos e seja, se possível, consensual.

Neste trabalho, apresentamos, primeiramente, um conceito de deliberação democrática e suas principais dimensões. Seguidamente, analisaremos o grau de adesão dos cidadãos, por um lado, e dos deputados da Assembleia da República, por outro lado, a esse modelo normativo de discussão política (desagregado nas suas principais dimensões). A captação destas atitudes será feita através de dois inquéritos: um a uma amostra da população, o outro, aos membros da Assembleia da República.

Interessa-nos ter respostas a algumas perguntas: os cidadãos e os deputados valorizam ou não a deliberação democrática? Em que aspectos ou dimensões? Existem diferenças de atitudes entre os cidadãos e as elites? Quais?

Serão feitas ainda análises exploratórias de explicação destas atitudes, quer na população em geral, quer no grupo dos parlamentares.

16:30 – 18:30

Sala 12.1.18

Políticas Públicas e Tributação

MODERADOR: *João Ricardo Catarino, ISCSP – UTL*

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Múltiplas Chibatas? Governança da política de controlo da gestão pública federal brasileira pós-redemocratização do país</i>
<i>Autor</i>	<i>PAULO DU PIN CALMON e MARIA FERNANDA ALVES (paulo.calmon@gmail.com/ maria.c.alves@cgu.gov.br)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Brasília</i>

RESUMO

A política de controle da gestão pública federal brasileira sofreu diversas modificações ao longo dos tempos, principalmente após a redemocratização do país, com a ampliação e criação de novos órgãos com função de controle, criando uma estrutura sem paralelo no mundo, apelidada por alguns de modelo de “múltiplas chibatas”. Este estudo de caso traz uma análise do tema, avaliando o processo de institucionalização da política de controle e de sua estrutura de cooperação e governança e discutindo os impactos desta singular formação na real efetividade da política e seus principais desafios futuros.

Título da Comunicação

O Poder Legislativo e o Controle Externo no Brasil 1946-2009

Autor

CHARLES PESSANHA

[*\(pessanhacf@terra.com.br\)*](mailto:pessanhacf@terra.com.br)

Instituição

UFRJ

RESUMO

A ineficácia e a inexperiência do poder legislativo na fiscalização da execução orçamentária justificaram a criação de órgãos específicos conhecidos por Instituições Superiores de Controle que assumiram historicamente dois modelos institucionais, as auditorias gerais e os tribunais de contas. No Brasil, o controle externo vem sendo exercido desde a primeira constituição republicana pelo Congresso Nacional auxiliado pelo Tribunal de Contas. O trabalho tem por objetivo analisar as atribuições do controle externo de 1946 a 2009, com ênfase nos padrões de recrutamento do Corpo Deliberativo do órgão auxiliar e no controle da execução orçamentária, mediante análise das contas de gestão do Poder Executivo.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Paraísos Fiscais – Novas Formas de Geoeconomia</i>
<i>Autor</i>	<i>MARGARIDA RAPOSO</i> <i>(raposo.margarida@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>ISCSP – UTL</i>

RESUMO

Através da análise de uma realidade distante para muitos, este trabalho inscreve-se num esforço de compreensão da dinâmica dos Paraísos Fiscais no actual sistema, procurando mostrar um dos principais fenómenos sociais que promove a ineficiência e o desequilíbrio da economia, através de estruturas profissionais altamente organizadas e especializadas na deslocação de capitais.

Estas estruturas, construíram e sustentam uma complexa infra-estrutura que serve de interface extraterritorial a uma economia global paralela, facilitando e estimulando a fuga a regulamentações territoriais, promovendo a deslocalização em grande escala de capitais dos países pobres para os ricos, contribuindo significativamente para aumentar a desigualdade, distorcendo os mercados globais em prejuízo da inovação e do empreendimento, desviando os investimentos e diminuindo o ritmo do crescimento económico, colocando em perigo a integridade dos sistemas fiscais e o respeito pelo Estado de Direito. O seu secretismo permite, por outro lado, complexos esquemas de branqueamento de capitais com origem no tráfico de droga, armas e corrupção.

Esta nova geoeconomia requer repensar a natureza e a geografia da organização social, forçando a sociedade civil a enfrentar as grandes falhas da arquitectura financeira internacional e a superar o poder político dos grandes interesses estabelecidos, pensando num novo modelo de globalização.

Título da Comunicação

Sins of the Elder: Fiscal Illusion in Democracies

Autor

PAULO REIS MOURÃO

(paulom@eeg.uminho.pt)

Instituição

Univ. Minho

RESUMO

This work discusses the implications of democratic maturity on *Fiscal Illusion* levels. Its main contribution identifies the relevance of good governance institutions that prevent incumbents in established democracies from degenerating into electoral rent-seekers. Despite the most recent empirical attempts to define democratic maturity as a negative influence on a country's *Fiscal Illusion (FI)* level, this work develops a model that predicts that some countries ruled by incumbents are more likely to recur to *FI* practices as the electorate's maturity increases, enunciating a Gordon (1989)-type theorem.

Título da Comunicação

Política pública tributária: paradoxos e tendências

Autor

JOÃO RICARDO CATARINO

(jcatarino@iscsp.utl.pt)

Instituição

ISCSP – UTL

RESUMO

A política pública tributária procura alcançar um sistema fiscal coerente e justo, repartindo de forma harmoniosa a carga fiscal entre todos. A realidade, porém, é bem diferente. As leis e os sistemas fiscais são confusos, complexos e por vezes ininteligíveis. As administrações fiscais nacionais são amplas, caras e nem sempre eficientes. A aplicação das leis de imposto gera iniquidades. Acrescem os desafios ditados pelas novas condicionantes internacionais que fragilizam a posição tradicional dos Estados, mercê da desmaterialização, da desintermediação e da deslocalização das actividades e das operações económicas.

Portugal possui um sistema fiscal que apresenta especificidades e problemas de ordem burocrática assinaláveis, embora procure estar em linha com as orientações e tendências internacionais. Os seus problemas são, em larga medida, comuns, aos dos demais sistemas fiscais do nosso tempo.

Esta comunicação aborda alguns dos problemas e paradoxos mais relevantes com que se depara a política pública tributária e o sistema fiscal português. Propõe-se ainda abordar alguns dos factores de natureza política e burocrática mais relevantes e foca algumas propostas para a modernização dos paradigmas em que esta política pública ainda assenta, tomando por base as tendências da sua evolução.

Sala 12.1.19

Dinâmicas e Tensões do Islão Europeu

MODERADORA: Maria do Céu Pinto, CEPESE – Univ. Minho

V Congresso Associação Portuguesa de Ciência Política – Universidade de Aveiro

<i>Título da Comunicação</i>	<i>O Islamismo na Europa: diversidade, ideias e figuras centrais</i>
<i>Autor</i>	<i>SANDRA OLIVEIRA DA COSTA</i> <i>(sandra.costa@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>CEPESE – Univ. Minho</i>

RESUMO

Quando se discute o Islão na Europa torna-se incontornável não referir a presença das várias vertentes da ideologia islamista que marcam presença neste território. Com efeito, o Islamismo é uma das dinâmicas mais importantes do Islão Europeu. Em resultado de um conjunto de factores políticos, económicos, sociais e históricos, o Islamismo ganhou fôlego essencialmente a partir de 1940, tendo extravasado as fronteiras do mundo muçulmano cerca de duas décadas mais tarde. Com uma natureza complexa e heterogénea, esta ideologia é partilhada por diversos movimentos e grupos, evoluindo em resposta a novas circunstâncias. Actualmente, este desenvolvimento acontece também em território europeu. Para tal, contribuíram a passagem e permanência de diversas figuras – ideólogos, estrategas, propagandistas – por este continente. Esta comunicação propõe-se discutir o panorama actual do Islamismo Europeu, traçando o seu desenvolvimento até aos nossos dias, e analisando a sua tendência mais radical, a qual é apologista da ideia da *jihad* global. Serão abordadas diversas questões, nomeadamente as condições que propiciam a propagação da ideologia, o papel e pensamento das suas principais personalidades na Europa e o impacto destas nos seus seguidores.

Título da Comunicação

Genealogia do Islamismo radical

Autor

JOSÉ PEDRO TEIXEIRA FERNANDES

(jptfernandes@gmail.com)

Instituição

ISCET

RESUMO

A comunicação *Genealogia do Islamismo Radical* tem por objecto evidenciar as raízes do islamismo radical e as suas projecções sobre o presente. Para o efeito será passado em revista o pensamento de figuras importantes do passado medieval muçulmano (Ibn Taymiyya), e do século XVIII (Muhammad ibn Abd al-Wahhab), de forma a avaliar o seu uso e re-apropriação pelos modernos islamistas. O caso de Ibn Tymiyya será objecto de particular atenção por ter sido invocado por Osama Bin Laden na sua causa jihadista para legitimação do recurso à violência. Quanto a Muhammad ibn Abd al-Wahhab, será analisada a influência do wahhabismo/salafismo fora da península arábica, através da sua transformação de um movimento radical periférico num movimento com crescente influência religioso-política no mundo muçulmano sunita e na diáspora muçulmana na Europa. Em seguida a comunicação incidirá sobre o islamismo radical que ganhou contornos ao longo do século XX, quer como movimento de massas (Hassan al-Banna e a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos), quer como ideologia político-religiosa (Abul Ala Mawdudi e Sayyid Qutb). Por último, será evidenciado como a imbrincada mistura de elementos religioso-políticos feita pelos modernos islamistas, tende a ser eficaz do ponto de vista da difusão ideológica, resultando daí um problema difícil para os muçulmanos liberais e para as sociedades abertas da Europa.

Título da Comunicação

Xiismo na Europa. Raízes e expansão

Autor

IVO SOBRAL

(isobral@ufp.edu.pt)

Instituição

Univ. Fernando Pessoa

RESUMO

Propõe-se uma análise sobre a evolução e a actual situação da comunidade xiita na Europa. Torna-se fundamental compreender esta milenar forma de Islão e as suas conexões na Europa, onde, nos últimos 30 anos, esta comunidade se tem integrado e multiplicado. O universo islâmico xiita tem, desde os anos 80, uma vertente vincadamente internacionalista e até expansionista. A Europa é uma das zonas prioritárias abrem uma série de centros de estudos xiitas, normalmente apoiados e patrocinados pelo governo iraniano. Até aos nossos dias estes centros continuam a ser um instrumento da política externa iraniana.

Desde a invasão do Iraque em 2003, assiste-se a um fortalecimento do Xiismo iraquiano na Europa, em que o velho centro de poder xiita das cidades de Karbala e Najaf, volta a contar, enquanto que os movimentos e os vários centros culturais apoiados pelo Irão sofrem, nos últimos 8 anos, uma transformação, passando de novo a conter uma vertente messiânica semelhante ao início dos anos 80, com o chamado Khomeinismo.

Sala 12.2.8

As Três Faces do Poder Normativo

MODERADOR/A: Patrícia Daehnhardt, IPRI-UNL/Univ. Lusíada

Título da Comunicação

Poder Normativo Europeu e a Abolição da Pena de Morte

Autor

RAQUEL VAZ-PINTO

(rvazpinto@iep.lisboa.ucp.pt)

Instituição

IEP – UCP

RESUMO

Esta comunicação tem como objectivo analisar o papel da abolição da pena de morte na discussão sobre o poder normativo da União Europeia. Em primeiro lugar, iremos trabalhar o debate teórico sobre a questão da existência e eficácia do elemento normativo europeu e quais as diferenças em relação a outros conceitos de poder. Em segundo lugar, procuraremos efectuar uma análise da evolução da questão da abolição da pena de morte em matéria de «política externa europeia» e, por último, tendo em consideração os EUA e a China e a sua relação com a UE, iremos analisar a relevância prática do poder normativo e quais as perspectivas para o futuro da «normalização» da abolição da pena capital a nível internacional.

Título da Comunicação

*Discutindo os fundamentos: haverá um modelo de sistema político
“Made in the EU” para os Estados Membros da União Europeia?*

Autor

BERNARDO IVO CRUZ

(bicruz@clix.pt)

Instituição

IEP – UCP

RESUMO

O Tratado da União Europeia estatui no N° 1 do Artigo 6° que “A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados Membros.”

E acrescenta nos N° 1 e N° 2 do Art° 7° que “O Conselho, reunido a nível de Chefes de Estado ou de Governo e deliberando por unanimidade, sob proposta de um terço dos Estados Membros, ou da Comissão, e após parecer favorável do Parlamento Europeu, pode verificar a existência de uma violação grave e persistente, por parte de um Estado Membro, de algum dos princípios enunciados no n° 1 do artigo 6° (...).

Se tiver sido verificada a existência dessa violação, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, pode decidir suspender alguns dos direitos decorrentes da aplicação do presente Tratado ao Estado Membro em causa, incluindo o direito de voto do representante do Governo desse Estado Membro no Conselho.”

Mas o Tratado não esclarece o que se deve entender por “liberdade, democracia, respeito pelos direitos do Homem, liberdades fundamentais ou Estado de direito”.

Será que as instituições comunitárias têm uma definição dos princípios a que os Estados membros devem obedecer? Será que essa definição, caso exista, é comum ao Conselho, à Comissão e ao Parlamento Europeu? Haverá, por outras palavras, um modelo de sistema político que as Instituições Europeias consideram ser necessário para que os Estados membros respeitem as suas obrigações legais?

Título da Comunicação

Justiça e Assuntos Internos: um caso de governação supranacional na União Europeia?

Autor

ISABEL COSTA LEITE

(icleite@ufp.edu.pt)

Instituição

Univ. Fernando Pessoa

RESUMO

A globalização tem demonstrado que os blocos económicos tendem a ser mais fortes na forma como competem entre si e outros parceiros mundiais. A União Europeia seguiu este caminho através do reforço de diferentes políticas comuns ao mesmo tempo que novas matérias se tornaram uma preocupação conjunta. Entre estas, a década de 90 apontou para matérias relativas à área de segurança interna como os fluxos migratórios, tráfico humano, asilo, drogas e criminalidade em geral. Justiça e Assuntos Internos, desde sempre vista como uma área de competência nacional, passou a ser considerada como uma das mais importantes prioridades comunitárias, num nível superior de governação.

Esta comunicação pretende demonstrar até que ponto os Estados têm consciência das suas limitações no mundo globalizado e contam com as instituições da União Europeia para resolver os seus próprios problemas internos. Subsidiariedade/poder político partilhado ou decisões supranacionais parecem ser as duas opções possíveis e cada uma depende da forma como os Estados ainda se mostram capazes de lidar com o número crescente de ameaças comuns e a sua própria soberania.

~~Sala~~ 12.2.9

MESA REDONDA – Ainda o País do Futuro? O Brasil hoje: actualidade e perspectivas

MODERADOR: Andrés Malamud (ICS-UL)

*Jeffrey Cason (Middlebury College, Vermont), José António Cheibub (Univ. Illinois) e Paulo Sotero
Brazil Institute, Woodrow Wilson International Center for Scholars)*

~~Sala~~ 12.2.12

Direitos Humanos e Democracia

MODERADOR/A: João Cardoso Rosas, Univ. Minho

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Direitos e Funções: a nova perspectiva funcionalista sobre os direitos humanos</i>
<i>Autor</i>	JOÃO CARDOSO ROSAS (rosas@ilch.uminho.pt)
<i>Instituição</i>	Univ. Minho

RESUMO

A Teoria Política dos direitos humanos evoluiu recentemente de uma tradição ontológica e essencialista para uma perspectiva mais política, ou funcionalista, desses direitos. Nesta comunicação, analiso a mudança paradigmática em curso na Teoria Política dos direitos do homem e, em especial, o trabalho mais recente dos dois pensadores que melhor se enquadram na nova perspectiva: Joseph Raz e Charles Beitz. A minha própria contribuição recusa a visão essencialista e insere-se no paradigma funcionalista, mas de um modo crítico em relação a Raz ou Beitz.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Democracia Representativa e Direito Humano: Um debate acerca da teoria democrática</i>
<i>Autor</i>	<i>JOSÉ DEOCLECIANO SILVA JUNIOR (808@unieuro.edu.br)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Brasília, UNIEURO</i>

RESUMO

O restabelecimento da democracia em países que estiveram submetidos a regimes autoritários esteve associado ao ressurgimento ou ao aprofundamento da mobilização de movimentos e grupos sociais cujo objetivo era, sobretudo, a ampliação da cidadania política e, por conseqüência, ampliação de direitos sociais. Nas últimas décadas dos século XX os direitos sociais estão vinculados a noção de direitos humanos. A partir desses dois movimentos colocam-se as seguintes questões: A democracia, na sua forma representativa é capaz de abarcar as demandas de grupos e organizações sociais. Os direitos humanos, como fenômeno universal, podem ser limitados pelo o arranjo institucional da democracia representativa.

Para responder a essas questões é fundamental sistematizar uma discussão em torno da democracia e de alguns de seus fundamentos teóricos a partir de pensadores e autores cujo objeto de estudo ou de reflexão estava focado na construção de uma ordem política estável e também na necessidade de definir as formas pelas quais o indivíduo poderia participar, em alguma dimensão, da política, não apenas como cidadão político, mas como indivíduo pleno pertencente a um todo universal, o gênero humano.

Título da Comunicação

*Direitos humanos no pensamento de Bertrand Badie — a
redescoberta da humanidade para além da nação*

Autor

MARIA RITA SERRANO

(mrita.serrano@gmail.com)

Instituição

Univ. Évora

RESUMO

Neste trabalho pretende-se abordar o panorama dos direitos humanos e suas particularidades através do pensamento de Bertrand Badie. Esta questão nem sempre tem merecido a devida ponderação, dada a divergência de perspectivas ou de interesses estratégicos que se lhe sobrepõem, e que têm limitado a procura de soluções adequadas. Badie destaca aquilo a que chama de redescoberta da humanidade para além da nação, que funda um novo capítulo na história humana, embora isso apresente os seus riscos e ilusões. Com o retorno do indivíduo para o centro das questões, há como uma reprivatização das referências à humanidade e aos seus modos de gestão, muito por culpa dos insucessos crescentes do político e pela incapacidade agravada dos Estados em fazer face aos novos desafios internacionais. Bertrand Badie fala-nos da procura de um novo humanismo, muito por via da reconstrução forçada de um novo espaço mundial, que veio reabrir a porta do universal. Esta orientação tem como ponto de referência a humanidade, direccionando uma parte importante das acções políticas, comprimindo em simultâneo as acções desenvolvidas pelos Estados, daí que na ordem internacional o Autor encare a existência de um paradoxo onde a emancipação dos grupos e dos indivíduos restringe a soberania e a capacidade do Estado-nação.

Título da Comunicação

*Os Direitos Humanos levados às últimas
consequências: o projecto universal-cosmopolita*

Autor

*CARLOS ENRIQUE RUIZ FERREIRA
(cruiz@usp.br)*

Instituição

Univ. Federal Rio Grande do Sul

RESUMO

A comunicação pretende expor a construção de um projeto e ideal universal-cosmopolita dos direitos humanos a partir de quatro tradições da filosofia e cultura política ocidental, que são: os estóicos gregos, os contratualistas - no que tange o jusnaturalismo -, certa doutrina da *Ecclesia* (em especial as epístolas de Paulo e algumas Encíclicas) e o cosmopolitismo kantiano.

A partir de um breve panorama dessa tradições, pretende-se mostrar que o fundamento primeiro dos direitos humanos, ou seja a igualdade entre todos os seres humanos enquanto partes de uma mesma espécie - do qual derivam certos postulados dos direitos universais a serem respeitados de maneira universal a saber o princípio de direitos *Erga Omnes* - envolve a criação de uma nova *ratio* política.

Esta por sua vez pressupõe, uma nova ordem nas relações internacionais: o fim da Soberania enquanto primado do Poder Política Estatal sobre o *nomos* das fronteiras territoriais.

Sala 12.2.14

Política Externa e Segurança: Novos Desafios e Problemáticas

MODERADOR/A: *Laura Ferreira Pereira, NICPRI – Univ. Minho*

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Desarmamento, desmobilização e tráfico internacional de armas: um esboço de conceitos, conexões e possibilidades</i>
<i>Autor</i>	MARISA BORGES <i>(marisa.borges06@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	CES/FEUC – Univ. Coimbra

RESUMO

As limitações à reintegração dos ex-combatentes após a firma de acordos de paz são frequentemente apontadas como causa de resultados ambíguos e limitados dos programas de DDR. Associada ao longo-prazo e à conexão mais lata com a agenda do *peacebuilding*, a reintegração tem congregado as perspectivas analíticas e críticas. Este artigo pretende contribuir para a análise dos programas de DDR centrando-se no desarmamento e desmobilização e no desafio que o tráfico internacional de armas coloca à sua capacidade de abordar o dilema de segurança herdado do conflito armado. O objectivo será explorar as limitações conceptuais e aplicativas dos actuais programas explorando o impacto do tráfico internacional de armas no quotidiano da paz formal.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Statebuilding e a pirataria ao largo da costa da Somália: onde estão as Nações Unidas?</i>
<i>Autor</i>	MATEUS KOWASLKI e GILBERTO OLIVEIRA (mateus.kowalski@gmail.com)
<i>Instituição</i>	FEUC/CES – Univ. Coimbra

RESUMO

A ameaça à paz e segurança internacionais que advém da situação que se vive na Somália não resulta apenas do conflito intra-estatal, mas muito também de fenómenos de criminalidade organizada transnacional. De facto, a situação de Estado falhado em que se encontra a Somália propiciou o fenómeno da pirataria. A resposta da sociedade internacional foi direccionada essencialmente para acções securitárias contra a pirataria acompanhada de operações de paz hesitantes. Aliás, a rápida resposta securitária deveu-se aos grandes interesses económicos que estão em causa, sabendo que a Somália (GTF) não tem capacidade para resolver o problema da pirataria. Porém, a sociedade internacional tem vindo paulatinamente a reconhecer que é necessário ir à raiz dos problema e empreender na Somália uma verdadeira operação de *peacebuilding*, essencialmente na sua dimensão de *statebuilding*. Recentemente, o SGNU propôs que a intervenção das Nações Unidas na Somália decorresse em três fases sucessivas: apoio às forças da Somália e reforço da AMISOM; em Setembro, intervenção “light footprint” das Nações Unidas na Somália; eventualmente, em momento posterior, implementação de uma operação de paz das Nações Unidas que substituísse a AMISOM.

Assim, o argumento subjacente é o de que um maior envolvimento das Nações Unidas na Somália conforme proposto pelo SGNU, e que se crê ser necessário, provocaria um alargamento sem precedentes do tipo de meios militares envolvidos e de estratégias de actuação em operações de paz: pela primeira vez, uma operação de paz incluiria operações militares aeronavais. Uma intervenção mais robusta das Nações Unidas, concertando uma operação militar terrestre e aeronaval com o esforço de *statebuilding* pode ser o caminho para situação de Estado falhado da Somália. Tal implicaria que fossem as Nações Unidas a gerir o esforço da luta contra o fenómeno, ao contrário do que acontece agora em que existe alguma dispersão de meios. Esta pode também ser a oportunidade para a cada vez mais comentada constituição do Conselho de Estado-Maior previsto na Carta e revitalizado doutrinalmente em 2005. O estudo argumenta que tal permitiria uma maior coordenação e potencialização dos esforços no sentido do *statebuilding* na Somália e da luta contra a pirataria.

Título da Comunicação

*A Dimensão Político-Constitucional do
Statebuilding: o caso da intervenção do Iraque*

Autor

MATEUS KOWASLKI
(mateus.kowalski@gmail.com)

Instituição

Univ. Coimbra

RESUMO

Com a autonomização do *statebuilding* como um subproduto do *peacebuilding*, a dimensão político-constitucional da reconstrução de um Estado ganhou novo enlevo. Tratando-se do instrumento jurídico fundamental organizador da comunidade estadual, a Constituição tem um papel relevante na construção política, social e económica de um Estado, bem como na garantia dos direitos fundamentais dos seus cidadãos. Assume-se, assim, como um elemento estruturante para o desenvolvimento de um Estado numa situação de pós-conflito, para a coexistência pacífica dos seus cidadãos e, em última análise, para garantir a coesão e reconciliação social, bem como uma paz duradoura. Contudo, não raras vezes, o procedimento constituinte e o próprio texto constitucional são impostos externamente ou absorvidos pelas elites locais de acordo com modelos liberais. O presente estudo aborda a importância da dimensão político-constitucional como elemento do *statebuilding*, analisando os dilemas e perversidades inerentes, designadamente os que resultam da intervenção dos actores externos.

O caso recente de transição política no Iraque, de Junho de 2003 a Outubro de 2005, é um exemplo paradigmático de ingerência indevida de actores externos no processo de *statebuilding*, em especial na elaboração da Constituição. Intervenções como a do Iraque contribuem para a caracterização do *statebuilding* como uma quimera, ou pior, como um instrumento de expansão “imperialista”. Pelo contrário, o *statebuilding* é um instrumento útil na transição pós-conflito, independentemente da sua origem. As lições que se podem retirar do caso extremo do Iraque são preciosas para identificar os limites do auxílio externo na elaboração de uma Constituição num processo de transição política pós-conflito, bem como as áreas em que pode ser optimizado. O estudo argumenta que a intervenção dos actores internacionais é benéfica se for marginal ou mesmo parcial num nível de baixa intensidade.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Georeferenciando a política externa: a problemática da construção dos mapas mentais dos decisores políticos</i>
<i>Autor</i>	<i>LUÍS MIGUEL DA VINHA (luisdavinha@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>CES/FEUC – Univ. Coimbra</i>

RESUMO

Tem se atribuído uma importância acrescida aos mapas mentais que orientam a política externa dos decisores políticos. Os mapas mentais são uma estrutura cognitiva processual através da qual os indivíduos adquirem, codificam, armazenam, descodificam e aplicam a informação sobre o seu meio geográfico. Em suma, são simplificações da realidade geográfica que são activados quando é necessário tomar uma decisão espacial. Há várias décadas que estudos científicos têm demonstrado como é que os mapas mentais influenciam o comportamento humano. Contudo, na sua grande maioria, os mapas mentais analisados reportam-se a espaços de pequena dimensão, nomeadamente ao nível do indivíduo, do bairro ou da cidade. Procura-se compreender como é que os mapas mentais de escala global são construídos, nomeadamente como é que a informação espacial é adquirida, codificada e armazenada, bem como é que esta contribui para a conceptualização e o processo de decisão política.

É igualmente pertinente diagnosticar a forma como as alterações significativas dos mapas mentais dos decisores influenciam a dinâmica do processo político, designadamente a modificação das políticas externas.

Sala 12.3.12

Novos Desafios Estratégicos

MODERADORA: Diana Soller, IDN e IPRI-UNL

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Império Militarista ou Benevolente? O Sistema de alianças da OTAN sob a Óptica Neoconservadora do Think tank PNAC</i>
<i>Autor</i>	ÉRIKA LAURINDA AMUSQUIVAR (erika.amusquivar@gmail.com)
<i>Instituição</i>	UNICAMP, FACAMP

RESUMO

Diante do 60º aniversário da NATO, esta proposta de trabalho busca analisar este sistema de alianças militares entre Estados Unidos e Europa que foi recomendado pelo *think tank* neoconservador estadunidense PNAC (*Project for the New American Century*) na década de 90 como um ferramental estratégico para a manutenção da segurança do Atlântico Norte que, mais tarde incorporaria os documentos de Segurança Nacional estadunidense. Refletiremos se este fato leva a uma transformação nas estruturas de poder devido à construção de um fenômeno denominado “Novo Imperialismo” ou se apenas o ordenamento dessas políticas reflete um fortalecimento da hegemonia e das relações Norte-Norte.

Essas políticas já estariam sendo gestadas nos anos 90 – período que é identificado como uma década de construção de uma nova ordem mundial baseada na multipolaridade que, no entanto, foi influenciado pelo neoconservadorismo nos Estados Unidos e assim sofrera alterações substantivas para o equilíbrio de poder no sistema internacional.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Os povos decentes e os povos liberais – Rawls, Kant e ordem internacional no século XXI</i>
<i>Autor</i>	DIANA SOLLER (diana.soller@defesa.pt)
<i>Instituição</i>	IDN e IPRI – UNL

RESUMO

A previsível emergência de novas potências no sistema internacional tenderá a criar discrepâncias entre a distribuição de poder e a ordem internacional vigente. As fases de transição de poder, como esta que se aproxima, tendem a ser instáveis e imprevisíveis, caso os Estados que detém o status quo não se disponham a adaptar a ordem internacional para que os Estados emergentes não se tornem revisionistas.

Tendo em conta este ponto de partida, um dos principais problemas que se coloca hoje é de que forma se pode reformular a ordem ocidental, de maneira a ser inclusiva no que se refere às potências emergentes de regime interno democrático, causando o menor impacto possível nos “Estados excluídos”, tendencialmente insatisfeitos com os valores que regulam as relações internacionais.

Por outras palavras, que tipo de organização internacional poderá ser representativa e simultaneamente defensiva dos interesses do ocidente? A teoria política propõe dois modelos: “a sociedade dos povos”, de John Rawls e a “federação da paz” de Immanuel Kant. Actualmente existem duas propostas de aliança de democracias inspiradas nestes modelos, respectivamente, “The Autonomy Rule” de Charles Kupchan e Adam Mount e o “Concert of Democracies” do Princeton Project on National Security, dirigido por John Ikenberry e Anne Marie Slaughter.

O objectivo desta comunicação é a fazer uma análise comparativa destes modelos para tentar demonstrar que a proposta Kantiana é mais consistente e adequada ao século XXI.

Título da Comunicação

Acerca do Multilateralismo

Autor

JOSÉ PEREIRA DA COSTA

(josepereiradacosta@hotmail.com)

Instituição

Univ. Nova de Lisboa/Université Libre de Bruxelles

RESUMO

Nos oito anos da administração G. W. Bush/Cheney assistimos à prática do unilateralismo na política externa americana, levada a um excesso que chegou a pôr em causa a própria existência das Nações Unidas. A partir de propostas teóricas dos neo-conservadores, essa política teve muitos defensores nos Estados Unidos como no exterior, até ao momento em que começou a revelar-se como um terrível fracasso.

No entanto, esta prática está nos antípodas da política externa concebida pelos fundadores do multilateralismo, os presidentes americanos Wilson e Roosevelt, que pretenderam no final dos dois conflitos mundiais, respectivamente, aplicar internacionalmente uma prática liberal e democrática, que teve como resultado a criação da Sociedade das Nações e a ONU. Esta comunicação, inspirada num dos principais teóricos do multilateralismo, John Ruggie, mostra como já em 1941, na Conferência do Atlântico, o Presidente Roosevelt, com o apoio de Churchill, pretendia projectar no campo internacional a bem sucedida experiência de regulação do New Deal e implementar “uma completa colaboração entre todas as nações”.

A Conferência de Bretton Woods em 1944, a criação das Nações Unidas em 1945 e a tentativa simultânea de criar uma Organização Internacional do Comércio, da qual só restaria o GATT, iam no sentido de aprofundar uma ordem internacional multilateral, bem enraizada na tradição americana de organização desde os seus primórdios. Mostra-se igualmente que também no sector securitário os americanos pretenderam, antes do desencadear da guerra-fria e do início da Guerra da Coreia, não excluir a União Soviética desse sistema multilateral, criando um “balance of power” no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No segundo mandato do Presidente Eisenhower, a partir de 1956, terminada a Guerra da Coreia e proclamada a doutrina da “coexistência pacífica” pelos soviéticos, depois da morte de Estaline, o multilateralismo encontrava-se implantado no modo de funcionamento da NATO, onde os americanos tinham a intenção de partilhar o seu armamento nuclear com os aliados e consideravam que um sistema internacional multipolar salvaguardava melhor os interesses dos Estados Unidos. É na presidência de John Kennedy que a prática multilateralista é ultrapassada, com a justificação da necessidade de um comando central único das armas nucleares, monopolizado pelos americanos, o que levaria ao abandono pela França do Comando Militar da NATO.

Título da Comunicação

A independência da Estónia e a crise de Narva

Autor

ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS

[*\(ajr-santos@sapo.pt\)*](mailto:ajr-santos@sapo.pt)

Instituição

CES/FEUC – Univ. Coimbra

RESUMO

A Estónia pós-Soviética coloca-nos alguns problemas quanto à independência não só no que respeita à forma, porquanto esta poderia ser tanto um modelo restauracionista como um modelo integracionista, mas também, e como consequência, à crise que se lhe seguiu. A crise do referendo de Narva em 1993 é um bom exemplo para a nossa análise. A reacção das minorias russas, do Estado Estónio e das instituições internacionais é o tema da nossa comunicação. Tentaremos dar estas perspectivas *per se* e concluir como foi efectuada a gestão da crise neste país por todas as partes envolvidas.

Sala 12.3.13

A Distinção Esquerda Direita nas Novas Democracias

MODERADOR: *Marcelo Camerlo, ICS – UL*

DISCUSSANT: *André Freire, ISCTE*

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Partisan Orientations in Foreign Policy after 1989: the cases of Portugal and Spain</i>
<i>Autor</i>	<i>NICOLA CHELOTTI</i> <i>(n.chelotti1@lse.ac.uk)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Centre for International Studies, LSE</i>

RESUMO

Investigating the influence of partisan orientations on the formulation and implementation of policies is one of the traditional topics of the researches on public policy. The demise of the USSR, the processes of modernisation and globalisation, the deepening of European integration, have led many observers to argue that governments and parties can now select their policy preferences and positions among a limited and increasingly similar array of choices. Moreover, the idea that “parties can make a difference” – and the concepts themselves of ‘right’ and ‘left’ – are even more problematic in the field of foreign policy, traditionally understood as above parties and consensual. This paper aims at investigating the foreign policy debates and preferences in two new Southern European democracies, Portugal and Spain, after the end of the Cold War, to analyse whether political parties (along right/left lines) display different/similar preferences and take different/similar decisions. Is there a wide consensus on foreign policy along the political spectrum? Do their positions on issues like war, European integration, foreign aid, political alliances converge? To what extent? Furthermore, can government/opposition dynamics help to explain the policy stances Portuguese and Spanish parties take? Ultimately the paper relies on, and participates in, the debate about the sources (international versus domestic) of foreign policy.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Esquerda-Direita em África: Partidos Políticos das Novas Democracias de Cabo Verde e Moçambique em perspectiva comparada</i>
<i>Autor</i>	<i>CLÁUDIA DE ALMEIDA e EDALINA SANCHEZ (claudia.almeida@ics.ul.pt/ ersanches@ics.ul.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Complutense Madrid e ICS – UL</i>

RESUMO

Se na maioria das democracias ocidentais o eixo esquerda-direita resume as principais diferenças ideológicas existentes entre os partidos políticos, no contexto africano a utilização desta escala levanta limitações. Vários estudos têm revelado que os partidos políticos das novas democracias africanas apresentam uma base étnica e/ou territorial, sendo a assistência internacional um factor que condiciona a competição partidária.

O nosso objectivo será o de analisar a natureza em termos de eixo esquerda-direita dos principais partidos políticos que participaram nas primeiras eleições democráticas nos dois países marcados por guerras civis prolongadas e por uma forte presença internacional: Angola e Moçambique. Deste modo, procuraremos identificar os limites e eventuais potencialidades da utilização da escala esquerda-direita para explicar o posicionamento dos partidos nestes dois países.

Título da Comunicação

As Vozes da Esquerda Latino-Americana

Autor

TERÊNCIO LINS

(terenciolins@hotmail.com)

Instituição

ICS – UL

RESUMO

O actual desenho político da América Latina aponta para uma viragem à esquerda. Este movimento no espectro político tem grande probabilidade de se tornar duradouro, visto que além de muitas dessas lideranças terem sido reeleitas, também têm considerável chance de elegerem os seus sucessores. Os especialistas e estudiosos se preocupam em sublinhar nos seus trabalhos a especificidade e o modo de governar dos mandatários sul-americanos, desfazendo, assim, qualquer tipo de homogeneização da política regional. Entretanto, nem sempre os politólogos chegam a um acordo no que diz respeito a classificação dos tipos de governos e lideranças, resultando na variação analítica da escala e do grau da democracia. Na comunicação que se segue, pretendemos comparar o modo de convívio dos presidentes Lula da Silva (Brasil) e Hugo Chavez (Venezuela) com as suas oposições no legislativo. Isso, em virtude dos governantes brasileiros e venezuelano serem, respectivamente, enquadrados nos campos da Social-Democracia e do Populismo.

A comparação vai se estabelecer na análise dos discursos dos dois chefes de Governo: em tempos de crise, votações importantes e escândalos oficiais. Nos resultados até agora obtidos nota-se que nesses momentos existe um confronto maior das forças institucionais, e as palavras proferidas pelos mandatários ganham mais adjectivo e simbolismo intencionados a encorajar os aliados, convencer os indecisos e agredir ou descredibilizar os adversários.